



Relatório Anual 2023

Bradespar

Sumário

03	Perfil Corporativo	11	Aspectos Econômicos e Financeiros	18	Informações sobre a Empresa Investida
	› A BRADESPAR 03		› Receita Operacional..... 11		
	› Composição Acionária..... 03		› Resultado Financeiro 11		
	› Estrutura Societária 03		› Despesas de Pessoal, Gerais e Administrativa 12	19	Perspectivas
04	Mensagem aos Acionistas		› Resultado do Exercício..... 12		
			› Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio..... 13	19	Informações Corporativas
05	Linha do Tempo	14	Mercado de Capitais	19	Publicações e Informações
			› Perfil 14		
09	Governança Corporativa		› Desempenho das ações 14	20	Demonstrações Financeiras
	› Tag along 09				
	› Conselho de Administração..... 10	15	Liquidez	24	Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
	› Diretoria Executiva..... 10		› Prêmio/desconto..... 16		
	› Órgãos de Controle..... 10				

Perfil Corporativo

A Bradespar

A BRADESPAR é uma Companhia de investimento originada da cisão parcial do Banco Bradesco S.A., ocorrida em 2000. É controlada pelo mesmo grupo de acionistas que detém o controle do Banco Bradesco, um dos principais conglomerados financeiros privados do Brasil.

Desde sua constituição, a empresa tem se destacado pela defesa de uma Governança Corporativa moderna nas empresas em que possui participação, buscando agregar valor aos seus acionistas através de investimentos significativos em empresas líderes em seus respectivos setores de atuação.

Missão

Gerar valor e otimizar a remuneração para seus acionistas.

Destaques

- Aproximadamente R\$ 12,6 bilhões investidos (Valor de Mercado em 28 de dezembro de 2023);
- Sólido grupo de controle;
- Histórico comprovado de sucesso;
- Listada na B3 – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e Latibex – Mercado de Empresas Latino-Americanas da Bolsa de Valores de Madri;
- Nível I de Governança Corporativa da B3; e
- Nota de crédito de longo prazo 'AAA(bra)' pela Fitch Ratings para Sétima Emissão de Debêntures.

Composição Acionária

Grupo de Controle

77,9% Votante
1,1% Não votante
28,1% Total

Free Float

22,1% Votante
98,9% Não votante
71,9% Total




Bradespar

Controlada pelo mesmo grupo de acionistas que controla o Banco Bradesco, um dos maiores conglomerados financeiros privados do Brasil

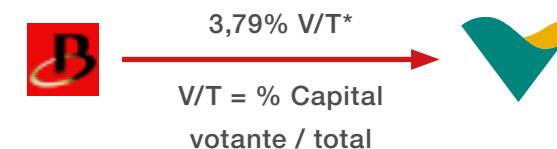
Estrutura Societária

Os investimentos da BRADESPAR, no momento presente, estão focalizados na VALE, uma empresa na qual detém assento no Conselho de Administração, além de participação em diversos Comitês de Assessoramento a este órgão.

Ao final de 2023, o valor de mercado dos ativos da BRADESPAR correspondia a R\$ 12,6 bilhões.

 **R\$ 12,6 bilhões**

Valor de mercado dos ativos da Bradespar ao final de 2023.



*Não considera ações em tesouraria.



Mensagem aos Acionistas

Senhoras e senhores acionistas,

A BRADESPAR encerrou o exercício de 2023 apresentando Lucro Líquido de R\$ 1,9 bilhão, resultado que reflete o desempenho de nossa investida VALE S.A. no período.

Apesar da redução do lucro em relação ao exercício de 2022, a BRADESPAR logrou distribuir proventos em 2023 da ordem de R\$ 1,2 bilhão, refletindo nosso habitual compromisso com a maximização dos retornos aos acionistas sem descuidar da solidez do balanço dada pela continuidade de inexistência de endividamento financeiro.

Em termos dos mercados de capitais, as ações da BRADESPAR tiveram comportamento em Bolsa refletindo as condições prevaletentes no mercado e o desempenho de nossa investida, porém em patamares ligeiramente superiores aos da própria VALE.

Reiteramos nosso agradecimento a todos os que confiaram na BRADESPAR em 2023.

Luiz Carlos Trabuco Cappi
Presidente do Conselho de Administração

São Paulo, 26 de março de 2023.

Linha do Tempo | Principais eventos

2023

Abril

Aumento do capital social da Companhia, aprovado em Assembleia Geral.

2022

Abril

Aumento do capital social da Companhia, aprovado em Assembleia Geral.

2021

Outubro

AGE aprovando Redução de Capital com entrega de ações da Vale S.A.

2020

Novembro

Término do Acordo de Acionistas da VALE. Consolidação da VALE como Corporation.

Manutenção da influência significativa da BRADESPAR na administração da VALE.

2019

Outubro

Falecimento do Sr. Lázaro de Mello Brandão.

2018

Julho

R\$ 700 milhões na 7ª Emissão Pública de Debêntures Simples e R\$ 665,8 milhões na Liquidação Financeira da 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples.

Agosto

R\$ 2,4 bilhões na 3ª Emissão Pública de Notas Promissórias.

Setembro

Transação, em conjunto com a Litel Participações, para o encerramento dos litígios judiciais promovidos pela Elétron, relacionados à opção de compra de 37,5 milhões de ações da VALEPAR, reconhecida por sentença arbitral, posteriormente, convertida em perdas e danos.

Dezembro

Venda de 39.058.000 ações da VALE, reduzindo vigorosamente seu nível de

endividamento sem alterar significativamente seu percentual de participação na VALE. R\$ 2,458 bilhões no resgate antecipado total da 3ª Emissão de Notas Promissórias e R\$ 512,7 milhões na amortização antecipada parcial da 7ª Emissão Pública de Debêntures Simples.

2017

Abril

Reorganização societária da BRADESPAR, com incorporação das controladas Antares e Brumado à BRADESPAR, sem aumento de capital.

Agosto

Renovação do Acordo de Acionistas com a VALE, que resultou na extinção da VALEPAR, contemplando a BRADESPAR com um aumento de 10% no número de ações da VALE.

Dezembro

Migração da VALE para o Novo Mercado, o que transformou a Companhia em uma corporação, ou seja, sem acionista controlador definido.

R\$ 1,48 bilhão na venda da participação da BRADESPAR de 53.464.240 ações ordinárias na CPFL Energia (5,25% do capital social) para a State Grid Brazil Participações S.A.

2016

Dezembro

Inauguração, pela VALE, do complexo S11D Eliezer Batista, maior projeto de mineração da história do setor, com reservas estimadas em 4,2 bilhões de toneladas de minério de ferro e vida útil estimada de 30 anos.

2015

Julho

R\$ 1,260 bilhão na 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples e R\$ 1,240 bilhão na Liquidação Financeira da 5ª Emissão Pública de Debêntures Simples.

2014

Agosto

Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS para quitação de débitos relativos ao Processo Judicial para a não inclusão, nas bases de cálculo do PIS e da COFINS, dos juros sobre o capital próprio recebidos das sociedades investidas.

2013

JULHO

R\$ 1 bilhão na 5ª Emissão Pública de Debêntures Simples, R\$ 610,7 milhões na Liquidação Financeira da 2ª Série da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples e R\$ 376,2 milhões na 4ª Emissão Pública de Debêntures.

2012

JULHO

R\$ 322,1 milhões na Liquidação Financeira da 1ª Série da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples e R\$ 350 milhões na colocação da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples.

2011

JULHO

R\$ 807,5 milhões na Liquidação Financeira da 2ª Série da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples e R\$ 800 milhões na colocação da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples.

2010

JULHO

R\$ 152,9 milhões na liquidação Financeira da 1ª Série da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples.

2009

JANEIRO

R\$ 610 milhões na 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples e R\$ 690 milhões na 2ª Emissão Pública de Notas Promissórias.

MAIO

Alienação de 16.600.000 ações ordinárias de emissão da CPFL Energia, por R\$ 531,2 milhões e Liquidação Financeira parcial da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples.

JUNHO

Liquidação Financeira do saldo da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples.

JULHO

R\$ 800 milhões na 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples e Liquidação Financeira da 2ª Emissão Pública de Notas Promissórias.

2008

JULHO

Captação de R\$ 1,4 bilhão com a 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias e aplicação desses recursos no investimento de R\$ 1,376 bilhão, por meio da VALEPAR, na Oferta Global de ações da VALE.

2007

JANEIRO A MAIO

Redução de despesas, por meio de Reestruturação Administrativa, terceirização da execução de serviços gerais e administrativos e da diminuição do número de diretores estatutários para apenas dois.

2006

FEVEREIRO A ABRIL

Reorganização societária da Bradesplan com a transferência de suas participações na Antares e Millennium para a BRADESPAR, por meio de cisão e redução de capital, restando como ativos da Bradesplan, a partir de então, créditos fiscais e Euronotes da Globopar.

MAIO

Venda da Bradesplan por R\$ 308 milhões, com pagamento à vista, e liquidação dos

Bonds emitidos pela controlada Millennium, por US\$50 milhões, zerando o endividamento do Grupo.

DEZEMBRO

Reorganização societária da VBC/CPFL Energia com a saída da BRADESPAR da VBC, passando a BRADESPAR a ser titular diretamente de 43.049.000 ações da CPFL Energia, desvinculadas do Acordo de Acionistas e representativas de 8,97% do capital social, que podem ser livremente negociadas.

2005

MARÇO

Término da participação da BRADESPAR no capital da NET Serviços, com a venda das ações da Companhia em Bolsa de Valores.

SETEMBRO

Venda de 9,5 milhões de ações da BRADESPAR pertencentes ao Grupo Espírito Santo com a Oferta Pública Secundária de ações, aumentando o free float de 60,7% para 71,6%. Concessão de direitos de Tag Along de 80% aos preferencialistas e ampliação do direito da Tag Along aos minoritários ordinários de 80% para 100%.

OUTUBRO

Anúncio de Política de Dividendos mínimos, elevando a previsibilidade da remuneração dos acionistas quanto ao recebimento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio.

2004

MARÇO

Compra de ações da VALEPAR pertencentes ao Opportunity por R\$ 376,9 milhões, paralelamente à cisão da Elétron1, o que criou melhores condições para a liquidez da participação da BRADESPAR na VALEPAR.

SETEMBRO

Captação de mais de R\$ 821 milhões na abertura do capital da CPFL Energia, que possibilitou a venda parcial de ações da CPFL Energia por parte da VBC, holding da qual a BRADESPAR possuía 33,3%, no mercado secundário.

DEZEMBRO

Mais de R\$ 1 bilhão captados na Oferta Pública de Ações Preferenciais da BRADESPAR, a 2ª maior operação do mercado de capitais brasileiro no ano.

2003

MARÇO

Aumento da participação da BRADESPAR na VALEPAR com a aquisição de 45% das ações detidas pela Sweet River por R\$ 827 milhões.

SETEMBRO

R\$ 2,5 bilhões pela venda de participação na VALEPAR para a Mitsui. O preço de venda das ações, à época de sua contratação, representou um prêmio de 64% em relação ao preço de mercado das ações ordinárias da VALE.

2002

FEVEREIRO

R\$ 37 milhões pela venda da Scopus Tecnologia.

AGOSTO

Constituição da CPFL Energia (antiga Draft II Participações), holding controladora dos negócios de geração, distribuição e comercialização de energia do grupo CPFL.

DEZEMBRO

Consolidação do controle da VALEPAR sobre a VALE, com aumento de capital, passando de 42% para 52% do capital votante a participação da VALEPAR na VALE.

2001

JANEIRO

R\$ 500 milhões de Aumento de Capital da BRADESPAR pelo ingresso do Grupo Espírito Santo na composição acionária e assinatura de Acordo de Acionistas.

MARÇO

Liquidação Financeira da operação de descruzamento das participações acionárias da VALE e da CSN, permitindo que a VALE concentrasse seu foco estratégico nas atividades de mineração e logística.

2000

MARÇO

A BRADESPAR é constituída.

AGOSTO

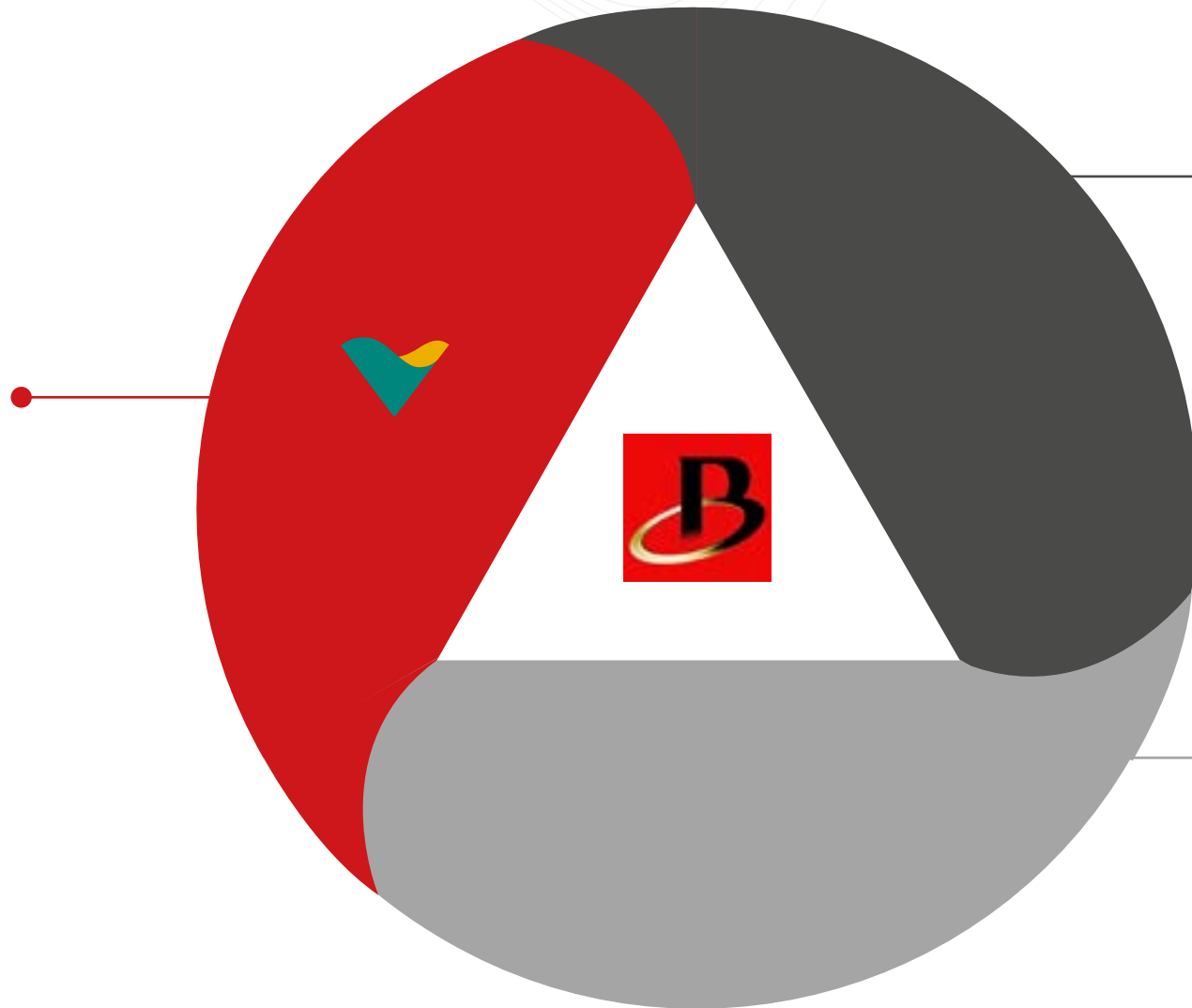
Início da negociação das ações da BRADESPAR em Bolsa de Valores.

SETEMBRO

Oferta Pública de Aquisição de Ações de Emissão da BRADESPAR por seus acionistas controladores. A operação não apresentou ofertas vendedoras, demonstrando a confiança dos acionistas na Companhia.

Por que a Bradespar

Alternativa à VALE
(Desconto e Tag Along)



Histórico aprovado
de gestão

Elevados padrões
de governança corporativa

Governança Corporativa

Em conformidade com os padrões mais elevados de governança corporativa, a BRADESPAR direciona suas operações com o objetivo de assegurar responsabilidade corporativa na gestão e na prestação de contas.

Nesse contexto, a empresa compromete-se primordialmente com a transparência, equidade nas interações com seus stakeholders e valorização do patrimônio de seus acionistas.

Esses princípios fundamentais são alicerces do programa de Relações com Investidores, o qual promove um diálogo aberto com o mercado de capitais, analistas e acionistas, por meio da publicação regular de relatórios trimestrais, do relatório anual, de comunicados sobre fatos relevantes e de boletins informativos quinzenais para investidores.

A relação completa das atividades da Companhia, bem como informações adicionais sobre seus órgãos de governança e os documentos divulgados ao mercado, podem ser encontradas no site bradespar.com.br, em português e inglês.



Melhores Práticas

- **Nível I de Governança Corporativa** da B3;
- **Regimento Interno** para Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal;
- Selo de Qualidade de Governança Corporativa: compõe a listagem do **Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC)**;
- **Código de Conduta Ética**;
- **Política de Responsabilidade Socioambiental**;
- Índices e segmentos de listagem das ações da Bradespar: **BRAP4** B3 LISTED N1 | IGC B3.

Tag along

Em caso de alienação do controle acionário, a BRADESPAR garante o direito de tag along a todos os acionistas em patamares superiores aos definidos pela legislação:

Ações Ordinárias

TAG ALONG 100%

do valor recebido pelo controlador

Ações Preferenciais

TAG ALONG 80%

do valor pago por ação integrante do bloco de controle

DIVIDENDOS SUPERIORES EM 10%

aos recebidos pelas ações ordinárias

Diretoria Executiva

Composição



2 membros

Mandato



1 ano

A Diretoria é um órgão corporativo incumbido de coordenar e implementar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, bem como supervisionar a administração geral dos negócios. Composta por um corpo de dois a cinco membros, cuja eleição é realizada pelo Conselho, a Diretoria detém um mandato unificado de um ano, podendo ser reconduzida para novos mandatos. As responsabilidades integrais da Diretoria são detalhadas no Regimento Interno da empresa.

Fernando Jorge

Buso Gomes

Diretor-Presidente e de
Relações com Investidores

Marcelo Santos

Dall'Occo

Diretor

Conselho de Administração

Composição



8 membros

Mandato



1 ano

O Conselho de Administração é o responsável por determinar e conduzir a política estratégica e a gestão de riscos da BRADESPAR e tomar decisões relevantes para os negócios. Pode ter de três a doze membros, eleitos em Assembleia Geral, com mandato unificado de um ano e reeleição permitida.

Também é responsável por supervisionar a Diretoria Executiva, eleger seus integrantes e monitorar a implementação das políticas e diretrizes. As atribuições completas do Conselho estão previstas no Estatuto Social e no Regimento Interno.

Luiz Carlos

Trabuco Cappi

Presidente

Alexandre da Silva

Glüher

Vice-Presidente

Denise Aguiar Alvarez

Membro

Milton Matsumoto

Membro

Rubens Aguiar Alvarez

Membro

Wilfredo João Vicente

Gomes

Membro

Maurício Machado

de Minas

Membro

José Luiz Osório

de Almeida Filho

Membro

Órgãos de Controle

Composição



5 membros +
5 suplentes

Mandato



sem
mandato
fixo

No modelo de Governança Corporativa da BRADESPAR, os órgãos de controle e fiscalização são representados pelo Conselho Fiscal, independente e de caráter não permanente, e pela Auditoria Externa (PwC), que trabalham para garantir o equilíbrio e a eficácia da gestão. Dessa forma, o Conselho Fiscal é responsável por fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários. As atribuições completas do Conselho Fiscal estão previstas no Regimento Interno.

Ariovaldo Pereira

Membro

Joaquim Caxias Romão

Membro

João Carlos de Oliveira

Membro

Marcos Aurélio

Pamplona da Silva

Membro

Ricardo Reisen de Pinho

Membro

Frederico William Wolf

Membro Suplente

João Batista de Moraes

Membro Suplente

Artur Padula Omuro

Membro Suplente

Manoel José da Cunha

Júnior

Membro Suplente

Raphael Manhães

Martins

Membro Suplente

Aspectos Econômicos e Financeiros

Abaixo, apresentamos a Demonstração do Resultado Consolidado, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstração de resultado

Ano	(R\$ MIL)		
	2023	2022	VAR%
Equivalência Patrimonial	1.894.093	3.698.326	-48,8%
Resultado na Alienação de Imobilizado	–	33	–
Resultado Operacional	1.894.093	3.698.359	-48,8%
Despesas Gerais e Administrativas	(6.999)	(5.965)	17,3%
Despesas de Pessoal	(14.415)	(14.480)	-0,4%
Receitas / Despesas Financeiras	67.773	81.296	-16,6%
Despesas Tributárias	(43.833)	(31.535)	39,0%
Resultado Operacional antes do IR/CS	1.896.619	3.727.675	-49,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	–	–	–
Resultado do Período	1.896.619	3.727.675	-49,1%

Receita Operacional

Como Companhia de Investimentos, a BRADESPAR tem sua receita operacional originada do resultado de equivalência patrimonial e juros sobre o capital próprio da VALE.

Em 2023, registrou receita operacional de R\$ 1,9 bilhão, devido ao robusto desempenho da VALE no ano que se encerrou, reflexo da produção de minério de ferro que superou o *guidance* e forneceu evidências de uma maior confiabilidade de ativos e processos, ainda que num cenário de menores preços de referência médios de minério de ferro, cobre e níquel durante o ano, comparativamente a 2022.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da BRADESPAR, no exercício que se encerrou, atingiu o valor positivo de R\$ 67,8 milhões, decorrente, principalmente, de aplicações financeiras e de remuneração sobre Impostos a Recuperar. Tal resultado reflete a continuidade da posição líquida de caixa da Companhia, na medida que liquidou todo o endividamento financeiro em exercícios anteriores.

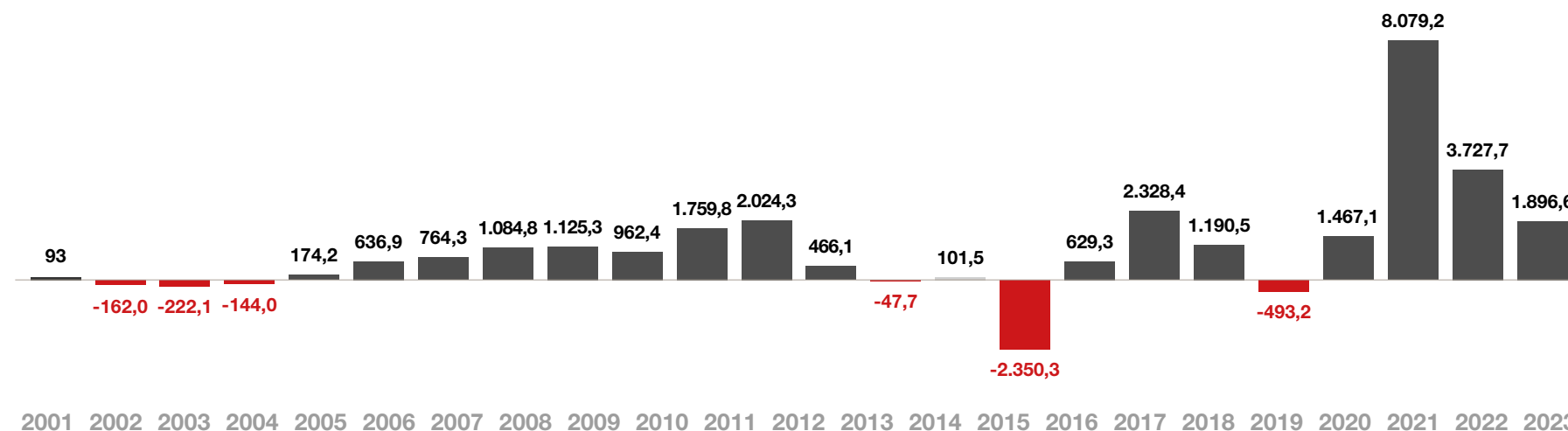
Despesas de Pessoal, Gerais e Administrativa

Em 2023, as despesas de pessoal, gerais e administrativas da BRADESPAR totalizaram R\$ 21,4 milhões.

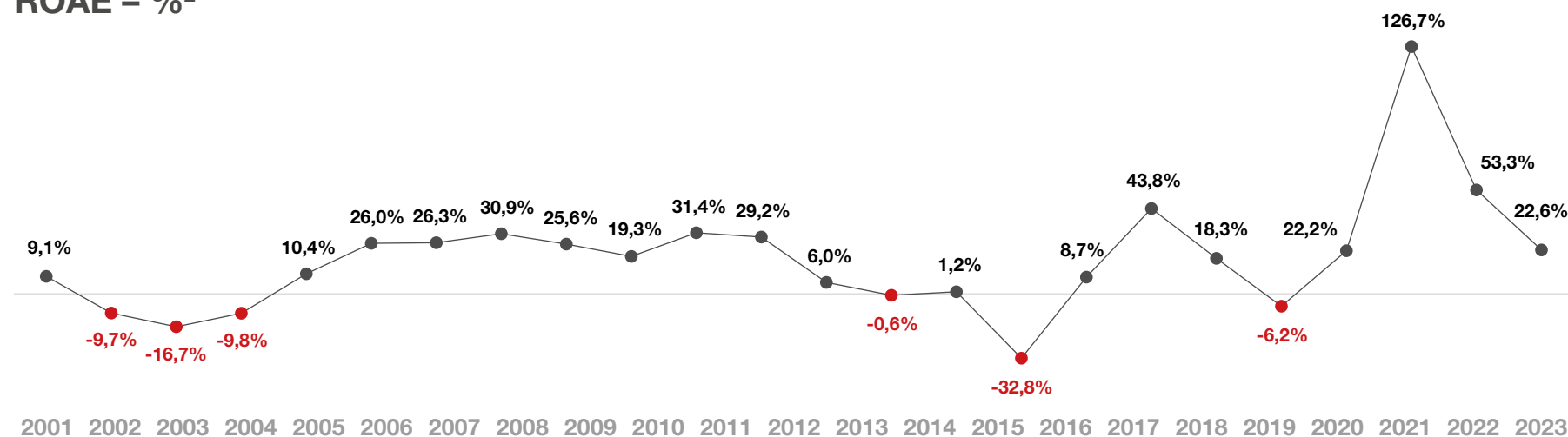
Resultado do Exercício

A BRADESPAR apresentou lucro líquido de R\$ 1,9 bilhão, em 2023. O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) alcançou 22,6%, reflexo do excelente desempenho da VALE no período.

DESEMPENHO DO RESULTADO (R\$ MILHÕES)



ROAE – %²



* Corresponde a 10 meses de atividades

** ROAE = Lucro Líquido / Patrimônio Líquido Médio – Não considera o efeito do ajuste de avaliação patrimonial registrado no Patrimônio Líquido

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Em consonância com a sua Política Indicativa de Remuneração Anual ao Acionista, em 31 de outubro de 2023, o Conselho de Administração da BRADESPAR, aprovou proposta da Diretoria para o pagamento de Remuneração Anual aos acionistas da Sociedade, no montante de R\$ 680.000.000,00, efetuados em 4 de dezembro e que foram computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício, previstos do Estatuto Social da Companhia.

I – Além disso, em 26 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia, submeteu, para deliberação em Assembleia Geral Ordinária, proposta para remuneração adicional composta por R\$ 310.000.000,00 de dividendos, sendo R\$ 0,740550903 por ação ordinária e R\$ 0,814605993 por ação preferencial, não havendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95. Se aprovada a proposta, os mencionados dividendos serão computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício de 2023.

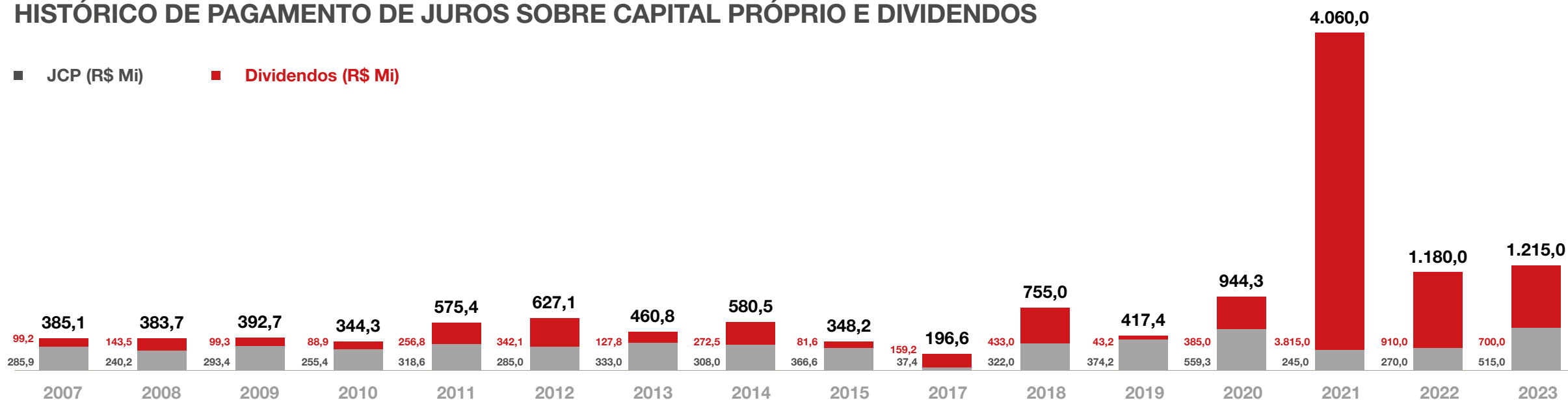
II – Por fim, a Diretoria, com base no disposto no artigo 23, § 1º, do Estatuto Social, aprovou apresentar ao Conselho de Administração, para deliberação em reunião que será

realizada em 29.4.2024, proposta para declarar Dividendos no montante de R\$ 140.000.000,00, sendo R\$ 0,334442343 por ação ordinária e R\$ 0,367886577 por ação preferencial, não havendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95. Se aprovada a proposta, os mencionados dividendos serão computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício de 2024.

Os dividendos mencionados nos itens I e II acima, no montante total de R\$ 450.000.000,00, beneficiarão os acionistas inscritos nos registros da Companhia em 29.04.2024 (data de declaração), passando as ações a ser negociadas “ex-dividendos” a partir de 30.04.2024 e serão pagos em 15.05.2024.

HISTÓRICO DE PAGAMENTO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS

■ JCP (R\$ Mi) ■ Dividendos (R\$ Mi)



Obs: O gráfico não contempla os valores de R\$ 450 MM de Dividendos a serem pagos em 15/05/2024.

Mercado de capitais

Perfil

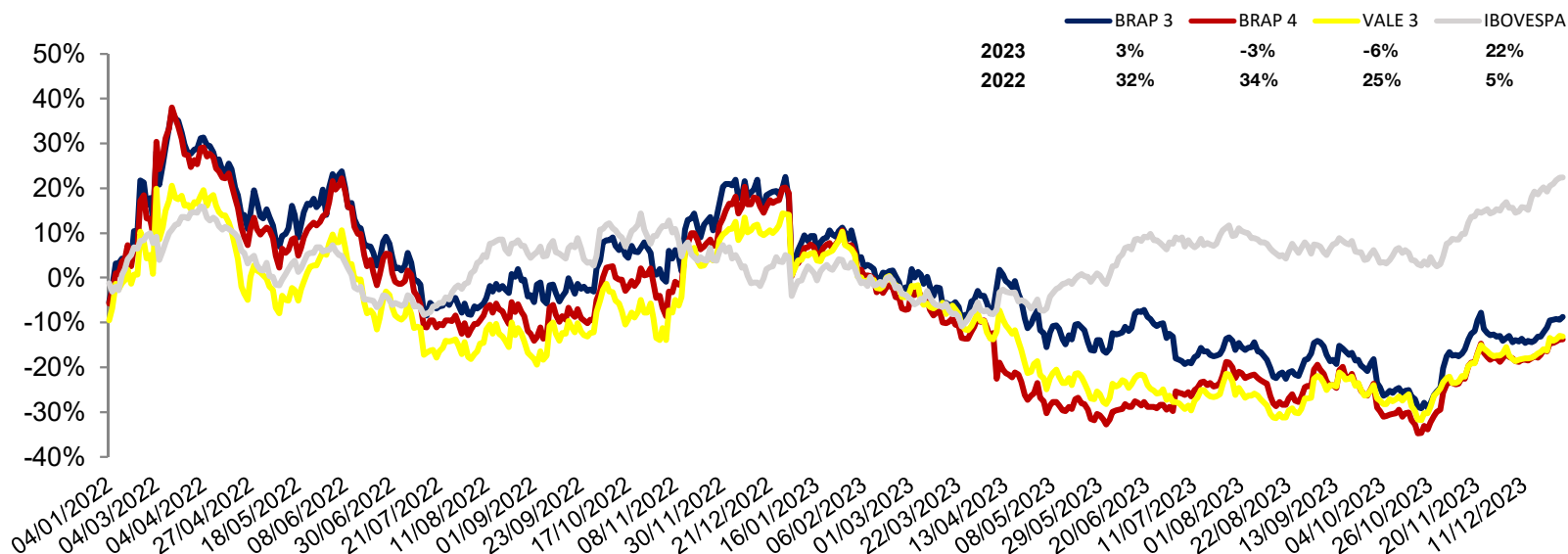
Desde a sua constituição, as ações do capital social da BRADESPAR estão listadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos BRAP3 (ON) e BRAP4 (PN), e seus títulos são negociados no Latibex – Mercado de Empresas Latino-Americanas da Bolsa de Valores de Madri, na Espanha, em Euros, por meio do Programa de Depositary Receipts (GDRs).



Adicionalmente, a BRADESPAR integra dois índices de destaque: o Ibovespa, que inclui as Companhias mais líquidas do mercado brasileiro, e o Índice de Governança Corporativa (IGC), composto pelas Companhias que assumiram compromisso com elevados padrões de governança corporativa, quando aderiu ao Nível I de Governança Corporativa da B3.

Em 2023, as ações da Companhia tiveram desvalorização de 3% (BRAP4) e valorização de 3% (BRAP3), enquanto o IBOVESPA valorizou 22% e as ações da sua investida, a VALE, desvalorizaram 6%.

Desempenho das Ações



Fonte: Economática

Cotações ajustadas por proventos, incluindo Dividendos e/ou Juros Sobre Capital Próprio.

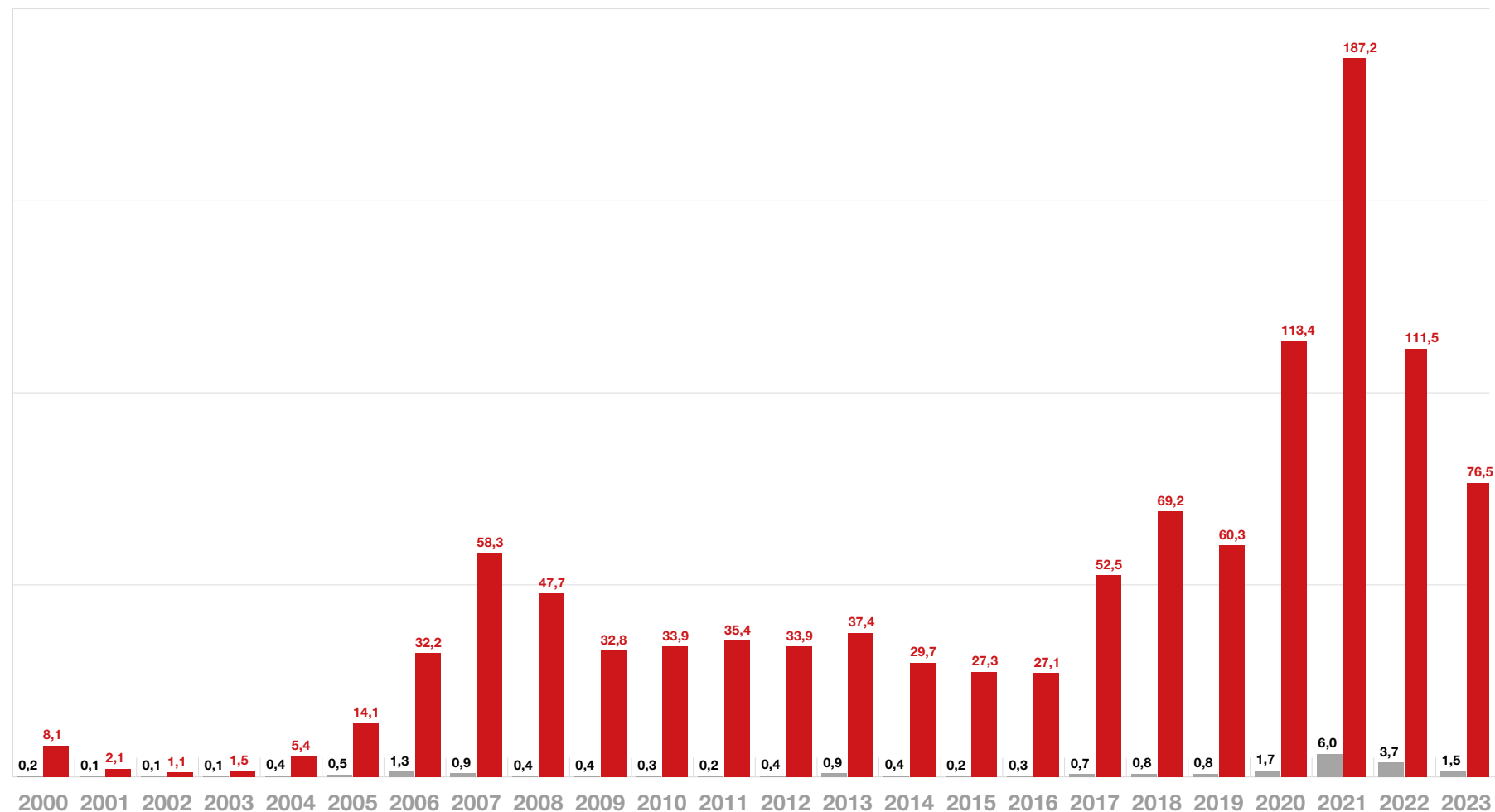
Liquidez

A média diária do volume de ações preferenciais de emissão da BRADESPAR (BRAP4) negociadas em 2023 foi de R\$ 76,5 milhões, enquanto a média diária de negócios realizados com BRAP4, na B3, foi de 8.371.

■ BRAP3 ■ BRAP4

VOLUME FINANCEIRO MÉDIO DIÁRIO DE AÇÕES NEGOCIADAS (R\$ MILHÕES)

Fonte: Economatica.



Prêmio/desconto

Ao final de 2023, o valor de mercado da participação na VALE, detida pela BRADESPAR, alcançou R\$ 12,6 bilhões. O valor de mercado da BRADESPAR, em relação ao da VALE, apresentou desconto de 24,0%, ou seja, o valor de mercado da BRADESPAR equivale a 76,0% do valor líquido de seus ativos.

Valor Líquido dos Ativos da Bradespar X Valor de Mercado da Bradespar (preços de fechamento em 28/12/2023)

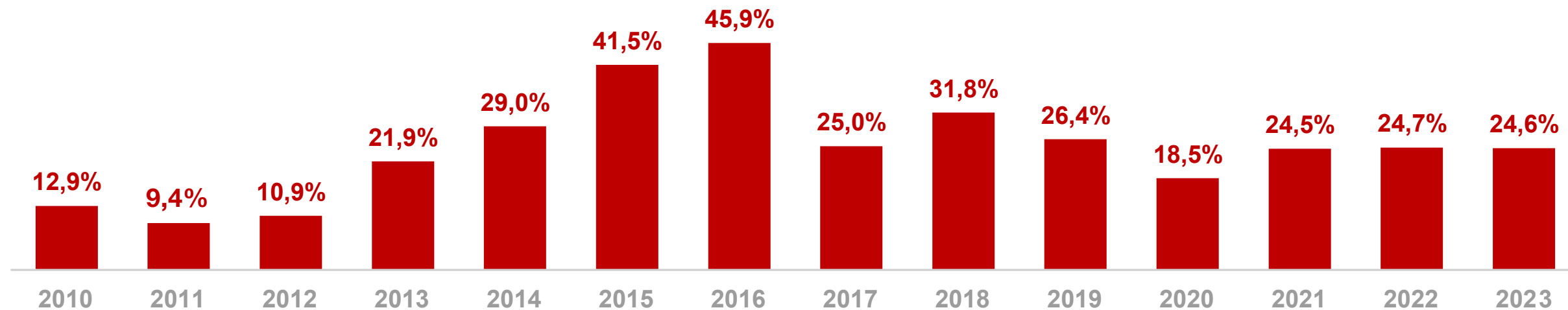
Companhias	Cotação (R\$/ação)	Participação da Bradespar				
		Qtde. de Ações	% do Capital Total (3)	Valor de Mercado (R\$ mil)	Valor de Mercado (US\$ mil)	Valor de Mercado (EURO mil)
VALE ON	77,20	163.354.595	3,79%	12.610.975	2.605.573	2.346.201
Valor Total dos Ativos da Bradespar (A)				12.610.975	2.605.573	2.346.201
Caixa Líquido da Bradespar (B) (1)				244.686	50.555	45.522
Valor Líquido dos Ativos da Bradespar (C) = (A) + (B)				12.855.661	2.656.128	2.391.723
Valor de Mercado da Bradespar (D)				9.768.102	2.018.203	1.817.300
Ações Ordinárias (BRAP3)	23,35	137.989.898		3.222.064	665.716	599.447
Ações Preferenciais (BRAP4)	25,66	255.106.712		6.546.038	1.352.487	1.217.853
Diferença entre o Valor Líquido dos Ativos e Valor de Mercado Bradespar (C) – (D)				3.087.559	637.925	574.423
DESCONTO (2)				24,0%		

(1) Caixa Líquido em 28/12/2023.

(2) ((Valor de mercado da Bradespar)/(Valor dos Ativos + Caixa Líquido)) – 1

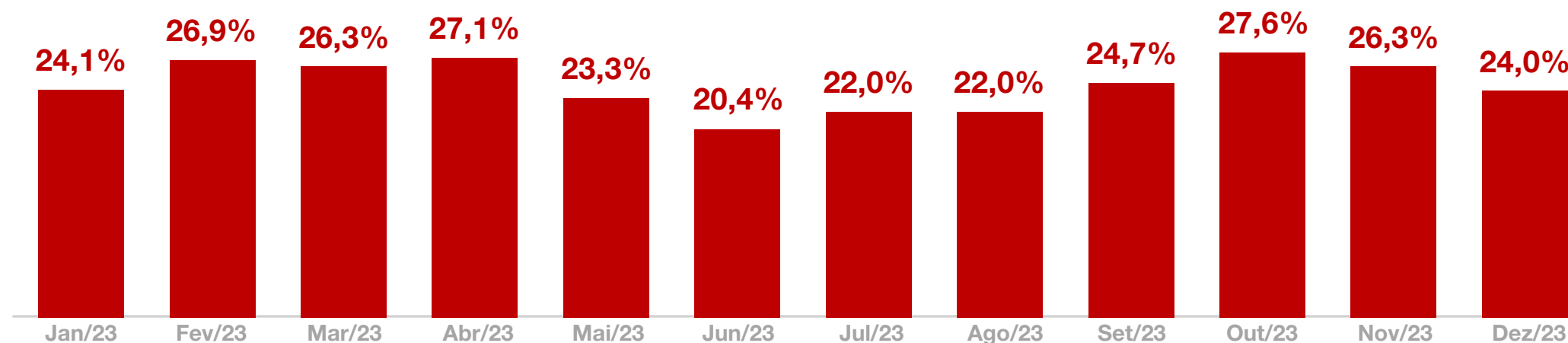
(3) Não considera ações em tesouraria

HISTÓRICO DO DESCONTO ENTRE O VALOR LÍQUIDO DOS ATIVOS E O VALOR DE MERCADO DA BRADESPAR



Obs.: Média entre os descontos ao final de cada mês.

HISTÓRICO DO DESCONTO AO LONGO DE 2023



Obs.: Desconto no último dia útil de cada mês.



Informações sobre a empresa investida

A VALE, em 2023, registrou um Lucro Líquido de US\$ 8,0 bilhões e realizou investimentos da ordem de US\$ 5,9 bilhões em projetos para a expansão e manutenção de suas operações. O EBITDA ajustado das operações continuadas da empresa totalizou US\$ 19,0 bilhões, uma queda de 9,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, aos menores preços referência médios de minério de ferro, cobre e níquel durante o ano.

No ano de 2023, a VALE firmou parceria estratégica com duas empresas – a Manara Minerals e a Engine No. 1 – na VALE Base Metals (VMB), empresa controladora do negócio de metais para transição energética da VALE. Ao longo da próxima década, espera-se que a VMB invista entre US\$ 25,0 e US\$ 30,0 bilhões em projetos minerais estratégicos, com potencial para aumento de produção em cobre e em níquel. Com o montante de US\$ 3,4 bilhões a ser pago à vista para a VMB, a Manara Minerals deterá 10% da empresa, enquanto a Engine No. 1 deterá participação de 3%, sujeita às condições precedentes cabíveis, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias relevantes.

Ressalte-se, ainda, a inauguração da primeira planta de briquetes de minério de ferro, na Unidade Tubarão, em Vitória (ES). Com tecnologia inovadora desenvolvida pela VALE, o briquete é um produto aglomerado aplicável em altos-fornos e fornos de redução direta, que contribuem para a redução de emissões na cadeia produtiva do aço, apoiando seus clientes no desafio de promover a descarbonização de suas operações, atendendo às demandas na luta contra as mudanças climáticas. Uma segunda planta está em fase final de construção, com as duas unidades combinadas, quando em operação, com capacidade produtiva de 6 milhões de toneladas de briquetes por ano.

Por fim, se evidencia o foco na alocação disciplinada de capital, com remuneração aos acionistas de US\$ 2,0 bilhões de dividendos e juros sobre o capital próprio, pagos em dezembro de 2023, bem como US\$ 2,4 bilhões em dividendos pagos em março de 2024.

Perspectivas

Atualmente, todos os investimentos da BRADESPAR estão direcionados à VALE, uma empresa de renome global no setor de mineração. Além de sua atuação principal, a empresa também tem liderado iniciativas de sustentabilidade, adotando as melhores práticas de governança corporativa e realizando investimentos sociais. Dessa maneira, a BRADESPAR posiciona-se como uma empresa sólida e comprometida com as demandas da sociedade presente e futura.

Diante disso, a BRADESPAR mantém estrategicamente seu foco em uma das corporações mais valorizadas da América Latina, mantendo-se fiel à sua missão de gerar valor para seus acionistas.

Informações corporativas

Sede

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 2º andar.
Vila Nova Conceição, São Paulo, SP.
CEP 04543-011.

Fone: 55 11 2178-6300

bradespar@bradespar.com

Atendimento aos acionistas

Banco Bradesco S.A.
Departamento de Ações e Custódia
Cidade de Deus, s/n – Prédio Amarelo –
2º andar – Vila Yara
06029-900 – Osasco – SP
0800 701 1616

dac.acecustodia@bradesco.com.br

Auditores independentes

PriceWaterhouseCoopers PwC

Publicações e informações

As Demonstrações Financeiras da BRADESPAR são preparadas em estrita conformidade com os padrões internacionais de contabilidade (IFRS), adotados no Brasil por intermédio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e são publicadas anualmente no jornal Valor Econômico. Todos os eventos significativos relacionados à BRADESPAR e suas subsidiárias são divulgados aos acionistas, autoridades, órgãos reguladores brasileiros e ao mercado em geral.

As Demonstrações Financeiras trimestrais e anuais, bem como apresentações, eventos relevantes e comunicados aos acionistas, estão prontamente disponíveis no site bradespar.com.br

Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial – em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante	246.212	649.872	246.212	649.872
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)	246.204	408.700	246.204	408.700
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 13)	–	40.521	–	40.521
Dividendos a Receber (Nota 13)	–	200.369	–	200.369
Despesas Antecipadas	8	282	8	282
Não Circulante	7.644.246	7.412.150	7.644.246	7.412.150
Realizável a Longo Prazo	132.641	141.910	132.641	141.910
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12a)	132.641	141.910	132.641	141.910
Investimentos (Nota 8)	7.511.136	7.269.133	7.511.136	7.269.133
Imobilizado	33	140	33	140
Intangíveis	436	967	436	967
Total	7.890.458	8.062.022	7.890.458	8.062.022

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balanco Patrimonial – em milhares de reais

Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante	55.946	584.046	55.946	584.046
Impostos e Contribuições a Recolher	480	4.743	480	4.743
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	20.757	546.354	20.757	546.354
Outras Obrigações (Nota 16c)	34.628	32.821	34.628	32.821
Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamentos	81	126	81	126
Não Circulante	493	977	493	977
Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamentos	493	977	493	977
Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	7.834.019	7.477.001	7.834.019	7.477.001
Capital Social Integralizado (Nota 10a)	4.600.125	3.100.125	4.600.125	3.100.125
Reservas de Lucros (Nota 10b)	4.387.055	4.670.436	4.387.055	4.670.436
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.153.161)	(293.560)	(1.153.161)	(293.560)
Total	7.890.458	8.062.022	7.890.458	8.062.022

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro
– em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas (despesas) operacionais	1.828.846	3.646.318	1.828.846	3.646.379
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8)	1.894.093	3.698.265	1.894.093	3.698.326
Resultado na Alienação de Imobilizado	–	33	–	33
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 16d)	(21.414)	(20.445)	(21.414)	(20.445)
Despesas Tributárias	(43.833)	(31.535)	(43.833)	(31.535)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos tributos	1.828.846	3.646.318	1.828.846	3.646.379
Receitas Financeiras (Nota 11)	68.301	81.498	68.301	81.879
Despesas Financeiras (Nota 11)	(528)	(141)	(528)	(583)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.896.619	3.727.675	1.896.619	3.727.675
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 12)	–	–	–	–
Lucro do exercício	1.896.619	3.727.675	1.896.619	3.727.675
Resultado básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuído aos acionistas (expresso em R\$ por ação):				
Resultado por ação ordinária	4,53	8,90		
Resultado por ação preferencial	4,98	9,80		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro – em milhares de reais

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.896.619	3.727.675
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(859.601)	(2.038.484)
Reflexos de Empresas com Influência Significativa	(859.601)	(2.038.484)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.037.018	1.689.191

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido – em milhares de reais

Eventos	Capital social	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
		LEGAL	ESTATUTÁRIA			
SALDOS EM 31.12.2021	500.125	403.362	4.853.799	1.744.924	–	7.502.810
Aumento de Capital com Reservas	2.600.00	(300.000)	(2.300.000)	–	–	–
Lucro do Exercício	–	–	–	–	3.727.675	3.727.675
Reflexos de Empresas com Influência Significativa	–	–	–	(2.038.484)	–	(2.038.484)
Outros Resultados Abrangentes						1.689.191
Destinações:						
– Reservas	–	186.384	2.426.291	–	(2.612.675)	–
– Juros sobre o Capital Próprio	–	–	–	–	(335.000)	(335.000)
– Dividendos	–	–	(600.000)	–	(780.000)	(1.380.000)
SALDOS EM 31.12.2022	3.100.125	290.346	4.380.090	(293.560)	–	7.477.001
Aumento de Capital com Reservas	1.500.000	–	(1.500.000)	–	–	–
Lucro do Exercício	–	–	–	–	1.896.619	1.896.619
Reflexos de Empresas com Influência Significativa	–	–	–	(859.601)	–	(859.601)
Outros Resultados Abrangentes						1.037.018
Destinações:						
– Reservas	–	94.832	1.121.787	–	(1.216.619)	–
– Juros sobre o Capital Próprio	–	–	–	–	(450.000)	(450.000)
– Dividendos	–	–	–	–	(230.000)	(230.000)
SALDOS EM 31.12.2023	4.600.125	385.178	4.001.877	(1.153.161)	–	7.834.019

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do valor adicionado em 31 de dezembro
– em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(6.999)	(5.890)	(6.999)	(5.890)
Serviços de terceiros	(5.133)	(4.688)	(5.133)	(4.688)
Outros	(1.866)	(1.202)	(1.866)	(1.202)
VALOR ADICIONADO	(6.999)	(5.890)	(6.999)	(5.890)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.962.394	3.779.796	1.962.394	3.780.238
Resultado na Alienação de Imobilizado	–	33	–	33
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.894.093	3.698.265	1.894.093	3.698.326
Receitas Financeiras	68.301	81.498	68.301	81.879
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.955.395	3.773.906	1.955.395	3.774.348
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	1.955.395	3.773.906	1.955.395	3.774.348
Pessoal	13.065	12.983	13.065	12.983
– Remuneração Direta	6.751	7.480	6.751	7.480
– Benefícios	6.314	5.503	6.314	5.503
Impostos, Taxas e Contribuições	45.183	33.107	45.183	33.107
– Federais	45.180	33.103	45.180	33.103
– Estaduais	3	4	3	4
Remuneração de Capitais de Terceiros	528	141	528	583
– Juros	528	141	528	583
Remuneração de Capitais Próprios	1.896.619	3.727.675	1.896.619	3.727.675
– Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	680.000	1.115.000	680.000	1.115.000
– Lucros Retidos / Prejuízo Compensado do Exercício	1.216.619	2.612.675	1.216.619	2.612.675

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa indireto em 31 de dezembro
– em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.896.619	3.727.675	1.896.619	3.727.675
Ajustes ao Lucro Líquido/Prejuízo antes dos Impostos:				
Resultado na Alienação de Imobilizado	–	(33)	–	(33)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.894.093)	(3.698.265)	(1.894.093)	(3.698.326)
Juros, Variações Monetárias, Líquidas	(10.834)	(20.495)	(10.834)	(20.524)
Outros	(30)	(65)	(30)	(65)
Resultado Ajustado	(8.338)	8.817	(8.338)	8.727
(Aumento) / Redução em Outros Ativos	65.105	126.490	65.105	124.317
Aumento / (Redução) em Outras Obrigações	(2.585)	3.719	(2.585)	3.719
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	967.607	1.153.350	967.607	1.153.350
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(32.623)	(30.671)	(32.623)	(30.671)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	989.166	1.261.705	989.166	1.259.442
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos				
Aquisição de Imobilizado	(4)	(202)	(4)	(202)
Alienação de Imobilizado	–	73	–	73
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(4)	(129)	(4)	(129)
Fluxo de Caixa nas Atividades de Financiamentos				
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(1.151.658)	(1.145.322)	(1.151.658)	(1.145.322)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(1.151.658)	(1.145.322)	(1.151.658)	(1.145.322)
(Redução)/Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa	(162.496)	116.254	(162.496)	113.991
Caixa e Equivalentes de Caixa – Início do Exercício	408.700	292.446	408.700	294.709
Caixa e Equivalentes de Caixa – Fim do Exercício	246.204	408.700	246.204	408.700
(Redução)/Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa	(162.496)	116.254	(162.496)	113.991

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras*

1. Contexto operacional

A BRADESPAR S.A. (BRADESPAR, Companhia ou Controladora), empresa constituída sob a forma de sociedade por ações de capital aberto, tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 2º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo – SP, Brasil.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho da Administração em 26 de março de 2024.

As participações societárias diretas são:

a) Millennium Security Holdings Corp. (MILLENNIUM)

A MILLENNIUM tem por objeto ingressar em qualquer ato ou atividade que seja permitida por qualquer lei no momento vigente nas Ilhas Virgens Britânicas.

Em 24 de outubro de 2023, foi concluído o processo de dissolução da empresa MILLENNIUM.

b) VALE S.A. (VALE)

VALE S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, e tem seus títulos negociados nas bolsas de valores de São Paulo – B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (VALE3), Nova York – NYSE (VALE) e Madri – LATIBEX

(XVALO). A VALE S.A. em conjunto com suas controladas são produtores globais de minério de ferro e pelotas, matérias-primas essenciais para a indústria siderúrgica e produtores de níquel, com aplicações na indústria de aço inoxidável e ligas metálicas utilizadas na produção de diversos produtos, também produz cobre, carvão térmico e metalúrgico, manganês, metais do grupo de platina, ouro, prata e cobalto (Nota 18).

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Apresentamos as demonstrações financeiras Individuais (Controladora) e Consolidadas da BRADESPAR, que inclui a controlada MILLENNIUM, em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, correlata à norma internacional IFRS 10 – “*Consolidated Financial Statements*” implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e seus pronunciamentos técnicos – CPCs, interpretações – ICPCs e orientações – OCPCs, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRADESPAR evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas acima foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados.

A BRADESPAR avalia os eventos subsequentes até a data da aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração.

3. Principais políticas contábeis

a) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os saldos e transações da controladora e de sua controlada. O investimento, com influência significativa é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e está apresentado na Nota 8.

As demonstrações financeiras consolidadas da BRADESPAR incluem a sua controlada MILLENNIUM.

b) Informações por segmento

A BRADESPAR é uma holding que tem por objeto social e único segmento de negócio, a participação como sócia ou acionista em outras sociedades.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da BRADESPAR.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são recursos utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. O valor de mercado dos fundos de investimento é determinado com base no valor da cota do último dia do período, informado pelo administrador dos fundos.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

e) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de

classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico.

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços observados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

f) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – impairment

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade a perda por *impairment*, é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2023 e de 2022, não houve perda por *impairment*.

g) Passivos financeiros

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base “*pro rata*” dia), quando aplicável.

A Companhia classifica seus passivos financeiros na categoria:

Custo Amortizado que são os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Inicialmente são registrados pelo seu valor justo e, subseqüentemente, mensurados ao custo amortizado.

h) Investimentos

As participações nos investimentos em controlada e com influência significativa são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e, quando aplicável, deduzidas de provisão para perdas por redução ao valor recuperável (impairment).

A composição dos investimentos está apresentada na Nota 8.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CVM nº 72/22, sendo:

Provisões: são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, que pode ser estimada de modo confiável, e

é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes;

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;

Obrigações Legais – Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade

ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os detalhamentos dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, estão apresentados na Nota 9.

j) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, sendo reconhecidos, quando aplicável, no ativo circulante e no não circulante – realizável a longo prazo.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável.

A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro tributável, antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como, as informações sobre crédito tributário não ativado, estão apresentados na Nota 12.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na

apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. Nas operações de captação de recursos, através da emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são registradas como redutoras do passivo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação.

l) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria). Não há fatores de diluição do lucro.

m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras;

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

A apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis.

Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações,

a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorreram antes ou na data das demonstrações financeiras, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação;
- a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações financeiras, porém antes de sua divulgação.

5. Pronunciamentos contábeis

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023:

CPC 50 – Contratos de Seguros (correlacionado ao IFRS 17), aprovado pela Resolução CVM nº 42/2021. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e não foram identificados impactos na Companhia.

CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (correlacionado as alterações no IAS 1). As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis, para que as entidades forneçam informações mais úteis aos usuários das Demonstrações Financeiras. As entidades deverão divulgar suas políticas contábeis materiais, em vez de suas políticas contábeis significativas. Inclui também orientações sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Companhia.

CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas Retificação de Erro (correlacionado as alterações no IAS 8). As entidades deverão distinguir as diferenças entre as mudanças das políticas contábeis e as mudanças das estimativas contábeis. As alterações entraram em vigor para

períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Companhia.

CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (correlacionado as alterações do IAS 12). Em circunstâncias específicas, as entidades estão isentas de reconhecer tributos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Essa isenção se aplica a operações de arrendamento e obrigações de encerramento, por exemplo. Com as alterações, as entidades não terão direito mais a isenção e estarão obrigadas a reconhecer o tributo diferido sobre tais transações, é aplicável a partir de janeiro 2023. Não foram identificados impactos na Companhia.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

Alterações do IFRS 16 – Arrendamentos. As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*leaseback*), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Concluiu-se que não haverá impactos com a aplicação desta regulamentação.

Alteração ao IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras. As alterações emitidas em outubro de 2022, visam melhorar as informações divulgadas sobre dívidas não-correntes com covenants, para que os usuários das Demonstrações Financeiras entendam o risco de tais dívidas serem liquidadas antecipadamente. Nelas foram contempladas ainda, alterações que visam endereçar algumas preocupações levantadas por usuários das Demonstra-

ções Financeiras, em função da aplicação das alterações sobre a Classificação de Passivos como Correntes e Não Correntes, emitidas em 2020. A adoção antecipada é permitida. As alterações têm efeito a partir de 1º de janeiro de 2024. Concluiu-se que não haverá impactos com a aplicação desta regulamentação.

Alterações ao IAS 7 e ao IFRS 7 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Instrumentos Financeiros: Evidenciação – As alterações se referem à divulgação de informações sobre acordos financeiros com fornecedores que permitirão aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliar seus efeitos sobre o passivo da entidade e aos seus fluxos de caixa, além da sua exposição ao risco de liquidez. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia avaliou as alterações propostas e não identificou impactos em suas Demonstrações Financeiras.

Alterações ao IAS 21 – Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – As alterações visam definir sobre como avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra e qual a taxa de câmbio a ser utilizada quando uma moeda não é passível de troca. Em resumo, a possibilidade de troca de uma moeda por outra, deve ser avaliada na data de mensuração e para uma finalidade específica. Caso conclua-se que a moeda é passível de troca, aplica-se os requerimentos do IAS 21. Caso contrário, estima-se a taxa de câmbio à vista na data de mensuração, usando uma taxa de câmbio observável sem ajuste ou outra técnica de avaliação. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida a aplicação antecipada. Não foram identificados impactos na Companhia.

6. Gestão de riscos

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para o planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Desta forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta.

A BRADESPAR é uma empresa *holding* na qual a origem do resultado deve-se, basicamente, a equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa. Portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional) e aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez).

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como, encontrar dificuldades em atender às necessidades do fluxo de caixa, devido a restrições de liquidez do mercado.

Gestão de risco de crédito

O risco de crédito decorre de potenciais impactos negativos no fluxo de caixa devido à incerteza na capacidade das contrapartes de cumprir suas obrigações contratuais. Portanto, decorre, basicamente, caixa e equivalentes de caixa e de exposições de crédito de contas a receber em aberto.

Consideramos baixo o risco de crédito de exposição originada por aplicações financeiras classificadas como “caixa e equivalentes de caixa”, uma vez que os recursos são mantidos em fundo de investimento que possui seus investimentos aplicados, basicamente, em títulos públicos, e são utilizados para o cumprimento de suas obrigações operacionais e remuneração aos seus acionistas e investidores ao longo do ano.

Perfil de risco de contrapartes

A Companhia utiliza, basicamente, análise de risco de crédito qualitativa, que leva em consideração o histórico de pagamento da contraparte, o tempo de relacionamento e sua posição estratégica em seu setor econômico, sendo a VALE, o principal investimento mantido pela Companhia, o qual nos proporciona o principal fluxo de caixa.

De acordo com o risco de crédito de uma contraparte específica, a Companhia utiliza a estratégia de garantias corporativas como mitigação de risco de crédito. A Companhia controla os recebíveis para garantir que não há valores de principal ou juros não honrados pela contraparte.

Risco de mercado

A Companhia faz a avaliação de risco relacionados a mercado para apoiar o processo de decisão, suportar a estratégia de crescimento da Companhia e monitorar a volatilidade dos fluxos de caixa futuros. Atualmente não temos risco de mercado a ser reportado.

Risco operacional

A gestão de risco operacional que a BRADESPAR utiliza para gerir a incerteza relacionada à eventual inadequação ou deficiência de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos, se faz com a mitigação desse risco através da criação de controles e da melhoria constante dos controles já existentes.

7. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Disponibilidades em moeda nacional	300	–	300	–
Fundos de investimento financeiro (1)	245.904	408.700	245.904	408.700
TOTAL	246.204	408.700	246.204	408.700

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados aos integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

8. Investimentos

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial da controladora são demonstrados a seguir:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de Ações Possuídas (em mil)	Participação no Capital Social %	Em 31 de dezembro			
						ON	Total dos investimentos		Ajustes Decorrente de Avaliação (1)
						2023	2022	2023	2022
MILLENNIUM	–	–	–	–	100,00	–	–	–	(61)
VALE (2) (3) (4) (5)	77.300.000	208.706.094	39.939.514	163.355	3,60	7.511.136	7.269.133	1.894.093	3.698.326
Total						7.511.136	7.269.133	1.894.093	3.698.265

(1) Considera os resultados apurados pelas companhias, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicável;

(2) As informações referentes a 31 de dezembro de 2023, foram auditadas pelos mesmos auditores independentes da Bradespar;

(3) Participação no Capital Social total foi alterada em razão do cancelamento de ações, realizado pela nossa investida em março de 2023;

(4) Avaliado pelo método de equivalência patrimonial do investimento na VALE S.A. Após o encerramento do acordo de acionistas da VALE S.A., a administração avaliou à luz do CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, que define influência significativa como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto com outros acionistas, portanto a Bradespar mantém influência significativa na empresa investida, tendo em vista a presença de representante e indicação no Conselho de Administração e em Comitês de assessoramento do Conselho de Administração; e

(5) Para maiores Informações sobre o investimento direto na VALE S.A., ver a Nota 18.

Empresa

Em 31 de dezembro

	Total dos Investimentos		Valor de Mercado ⁽²⁾	
	2023	2022	2023	2022
VALE	8.664.297	7.562.693	12.610.975	14.509.872
VALE – ajuste reflexo ⁽¹⁾	(1.153.161)	(293.560)	–	–
Total	7.511.136	7.269.133	12.610.975	14.509.872

(1) São considerados ajustes de avaliação patrimonial, conforme Lei nº 11.638/07 e CPCs 2 e 8, que são registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, e referem-se, basicamente, às diferenças de câmbio na conversão de moeda estrangeira para a moeda funcional das operações realizadas pela VALE S.A. e demais movimentações patrimoniais que não transitaram no resultado do período; e

(2) Valor de mercado da participação na VALE S.A.

9. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém existem processos cuja perspectiva de êxito é provável, sendo os principais:

COFINS – R\$ 13.251 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 12.823): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação da COFINS, recolhida nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento; e

Programa de Integração Social (“PIS”) – R\$ 2.871 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 2.778): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação do PIS, recolhido nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido nos Termos da Lei Complementar nº 7/70 (PIS Repique) ou, quando menos, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento.

b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A BRADESPAR mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso: remoto, possível ou provável.

Os processos classificados como possíveis são:

I) A Bradespar é parte em uma ação judicial promovida pela Litel Participações S.A. (“Litel”), que tramitou, em primeira instância, sob o nº 0281248-69.2018.8.19.0001, perante o Juízo da 10ª Vara Cível do Rio de Janeiro. Nessa ação a Litel postulou a condenação da Bradespar no pagamento do valor de R\$ 1,4 bilhão a título de reembolso da quantia que pagou à Elétron S.A., no encerramento de ação movida contra a Litel e a Bradespar. A Litel alegou suposto descumprimento, por parte da Bradespar, do Contrato de Indenização, celebrado em 05 de janeiro de 2001.

Além de contestar a ação, a Bradespar apresentou reconvenção objetivando a condenação da Litel a lhe reembolsar o valor de R\$ 705 milhões, com base nos termos do citado Contrato de Indenização. Em sentença proferida em 04 de dezembro de 2019, o juiz de primeiro grau julgou improcedente a ação ajuizada pela Litel e parcialmente procedente a reconvenção em R\$ 470 milhões.

Em 27 de janeiro de 2021, a Décima Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ – julgou a Apelação apresentada pela Litel. Nesse julgamento, por unanimidade, a Câmara deu provimento à Apelação, de modo que a decisão de primeiro grau foi reformada para acatar o pleito da Litel, cujo valor será corrigido pelos encargos legais. O mesmo julgamento considerou improcedente a reconvenção apresentada pela Bradespar contra a Litel.

A Bradespar apresentou recurso de Embargos de Declaração no TJRJ, os quais foram acolhidos apenas para reduzir a condenação a título de honorários de sucumbência, fixando-a em 2% sobre o valor da condenação. Contra a decisão do TJRJ foram interpostos recursos especiais por ambas as partes ao Superior Tribunal de Justiça.

O recurso especial da Bradespar objetiva a reversão total da decisão do TJRJ, e o recurso especial da Litel questiona a redução dos honorários de sucumbência.

Ambos os recursos foram admitidos pela 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e remetidos ao Superior Tribunal de Justiça, onde foram distribuídos à 4ª Turma, à relatoria do Ministro Antonio Carlos Ferreira. Após a manifestação de suspeição por parte do Ministro Antonio Carlos Ferreira, os recursos foram redistribuídos ao Ministro Marco Aurélio Gastaldi Buzzi.

A Administração e os advogados que patrocinam a demanda mantêm como possível a classificação do risco de perda da Bradespar.

II) A Bradespar tomou ciência da lavratura de auto de infração, em que as autoridades fiscais buscam glosar certas despesas apropriadas pela Companhia no exercício de 2018, derivadas de pagamentos realizados à Elétron S.A. em razão da homologação de Transação Extintiva de Litígio. Especificamente, as autoridades fiscais buscam exigir da Bradespar o pagamento do valor aproximado de R\$ 821 milhões (atualizados até dezembro/23), referente ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (“IRPJ”) e à Contribuição Social sobre o Lucro (“CSL”) que seriam devidos caso a Bradespar não houvesse excluído referidas despesas para fins da apuração do Lucro Real (base de cálculo do IRPJ) e do lucro líquido ajustado (base de cálculo da CSL), valor já acrescido de multa de ofício de 75%, multa isolada e juros de mora à taxa SELIC. Os advogados que patrocinam a demanda classificam como possível o risco de perda da Bradespar.

c) A Companhia não possui contingências trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devam ser provisionadas ou divulgadas.

10. Patrimônio líquido

a) Composição do capital social em ações

O capital social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro

	2023	2022
Ordinárias	137.989.898	137.989.898
Preferenciais	255.106.712	255.106.712
Total	393.096.610	393.096.610

Em 27 de abril de 2023, a Bradespar comunicou ao mercado que foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a proposta da Diretoria para aumento do capital social no montante de R\$ 1.500.000, elevando-o de R\$ 3.100.125 para R\$ 4.600.125, mediante capitalização de parte do saldo da conta “Reservas de Lucros – Estatutária”, sem emissão de ações, de acordo com o Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de Lucros

Em 31 de dezembro

	2023	2022
Reserva Legal ⁽ⁱ⁾	385.178	290.346
Reserva Estatutária ^{(ii) (iii)}	4.001.877	4.380.090
Total	4.387.055	4.670.436

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Contempla os dividendos adicionais no montante de R\$ 310.000, submetidos pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2024, para aprovação na AGO de 29 de abril de 2024 (Nota 17 b).

Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos

Em 31 de outubro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria para pagamento de dividendos no montante de R\$ 230.000, sendo R\$ 0,549440992 por ação ordinária e R\$ 0,604385092 por ação preferencial, não havendo retenção de

imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95, e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 450.000, sendo R\$ 1,074993246 por ação ordinária e R\$ 1,182492571 por ação preferencial, sendo os valores líquidos de R\$ 0,913744259 por ação ordinária e R\$ 1,005118685 por ação preferencial, considerando a dedução do Imposto de Renda na Fonte de 15% (quinze por cento), exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estejam dispensados de tributação, a serem computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício de 2023 previsto no Estatuto Social, e foram pagos em 4 de dezembro de 2023.

Foram pagos e provisionados juros sobre capital próprio/dividendos, conforme segue:

Descrição	Por ação (bruto)		Valor bruto	IRRF (15%)	Valor Líquido
	Ordinárias	Preferenciais			
Juros sobre capital próprio pagos	0,800271	0,880299	335.000	50.250	284.750
Dividendos pagos	3,296645	3,62631	1.380.000	–	1.380.000
Total em 31 de dezembro de 2022	4,096916	4,506609	1.715.000	50.250	1.664.750
Juros sobre capital próprio pagos	1,074993	1,182492	450.000	67.500	382.500
Dividendos pagos	0,549440	0,604385	230.000	–	230.000
Total em 31 de dezembro de 2023	1,624433	1,786877	680.000	67.500	612.500

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está demonstrado a seguir:

	R\$ Mil	% ⁽¹⁾
Lucro líquido do exercício	1.896.619	
(-) Reserva legal	(94.832)	
Base de cálculo ajustada	1.801.787	
Juros sobre o capital próprio pagos	450.000	
(-) Imposto de renda na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	(67.500)	
Juros sobre o capital próprio (líquido)	382.500	
Dividendos pagos	230.000	
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos acumulados em 2023	612.500	34,0 ⁽²⁾
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos acumulados em 2022	1.064.750	30,1

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio e dividendos aplicado sobre a base de cálculo ajustada;

(2) Considerando a remuneração adicional de dividendos de R\$ 310.000, submetidos pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2024, para aprovação na AGO de 29 de abril de 2024, o percentual de distribuição de 2023 seria de 51,2% (Nota 17 b).

11. Resultado Financeiro

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	55.105	59.434	55.105	59.434
Juros sobre impostos a recuperar	11.311	20.857	11.311	20.857
Outras	1.885	1.207	1.885	1.588
	68.301	81.498	68.301	81.879
Despesas Financeiras				
Outras	(528)	(141)	(528)	(583)
	(528)	(141)	(528)	(583)
Resultado Financeiro Líquido	67.773	81.357	67.773	81.296

a) Impostos a Compensar e a Recuperar

Os impostos a compensar e a recuperar, na Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 132.641 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 141.910), referem-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social do exercício atual e exercícios anteriores.

b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

12. Imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	1.896.619	3.727.675	1.896.619	3.727.675
Encargo total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(644.851)	(1.267.409)	(644.851)	(1.267.409)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Participações em controlada e investimento com influência significativa	643.992	1.257.410	643.992	1.257.430
Despesas e provisões indedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	1.027	4.931	1.027	4.911
Juros sobre o capital próprio recebidos e a receber	(149.093)	(101.706)	(149.093)	(101.706)
Juros sobre o capital próprio pagos e a pagar	153.000	113.900	153.000	113.900
Outros ⁽¹⁾	(4.075)	(7.126)	(4.075)	(7.126)
Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício	–	–	–	–

(1) Inclui, substancialmente, constituição de crédito tributário não ativado.

c) Créditos tributários não ativados

Em 31 de dezembro de 2023, na Controladora e no Consolidado, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, não ativados totalizam R\$ 343.316 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 338.549).

13. Partes relacionadas

I) Em 31 de dezembro de 2023, na Controladora e Consolidado, as transações com partes relacionadas referem-se ao recebimento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 413.257 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 213.745) e dividendos recebidos no montante de R\$ 554.350 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 939.605), proveniente do nosso investimento na VALE.

II) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados:

O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuído em reunião do Conselho de Administração, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social;

A verba destinada a custear planos de previdência complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Administradores da BRADESPAR.

Para 2023, foi determinado o valor máximo de R\$ 6.500 para remuneração dos Administradores e R\$ 6.300 para custear planos de previdência privada.

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2023	2022
Remuneração	5.821	6.610
Total	5.821	6.610

Benefícios pós-emprego

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2023	2022
Planos de previdência complementar de contribuição definida	6.300	5.500
Total	6.300	5.500

Outros benefícios

A BRADESPAR não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, para seu pessoal-chave da Administração.

III) Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária na BRADESPAR:

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2023	2022
Ações ordinárias	0,1655%	0,1655%
Ações preferenciais	0,4867%	0,4833%
Total de Ações	0,3739%	0,3717%

14. Instrumentos financeiros

a) A classificação dos instrumentos financeiros é demonstrada a seguir:

I) Ativos Financeiros na Controladora e Consolidado referem-se a Caixa e Equivalentes de Caixa, no montante de R\$ 246.204 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 408.700); e

II) Passivos Financeiros – Custo Amortizado na Controladora e Consolidado, referem-se às Outras Obrigações no montante de R\$ 25.293 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 25.348) Nota 16c.

b) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir a sensibilidade das posições sujeitas às oscilações de preços ou taxas de mercado:

Fatores de Riscos	Definição	Cenários					
		Em 31 de dezembro de 2023			Em 31 de dezembro de 2022		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(6)	(1.399)	(2.756)	(8)	(2.431)	(4.775)
Total sem Correlação		(6)	(1.399)	(2.756)	(8)	(2.431)	(4.775)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 10,04% foi aplicado um cenário de 10,05% a.a.

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 10,04% foi utilizado um cenário de 12,55% a.a.

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 10,04% foi utilizado um cenário de 15,06% a.a.

15. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que o valor justo dos saldos caixa e equivalentes de caixa e outras obrigações, estejam compatíveis com seus valores contábeis considerando que aproxima-se, significativamente, de seus valores de curva, sem risco significativo de mercado, de crédito e de liquidez. A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo.

A Companhia não possui ativos e passivos mensurados a valor justo com base nos níveis 1, 2 e 3.

16. Outras informações

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022;

b) Intangível na Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 436 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 967), referem-se ao contrato de aluguel de imóveis, com término da vigência em 30 de junho de 2029;

c) Outras Obrigações, na Controladora e no Consolidado, no montante de R\$ 34,628 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 32.821) referem-se, basicamente, às frações de ações do grupamento, deliberado na Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) de abril de 2004, que foram vendidas em leilão na B3, em julho de 2004, sendo que os valores foram creditados ou colocados à disposição dos acionistas; e

d) Despesas Gerais e Administrativas na Controladora e Consolidado, referem-se a Despesas de Pessoal, no montante de R\$ 14.415 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 14.480) e Outras Despesas Gerais e Administrativas na Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 6.999 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 5.965).

17. Eventos subsequentes

a) Em 22 de fevereiro de 2024, a Vale comunicou ao mercado que seu Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 2,738548374 por ação, apurados conforme o balanço de 31 de dezembro de 2023, e que foram pagos em 19 de março de 2024; e

b) Em 26 de março de 2024, a Bradespar comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, o Conselho de Administração, submeteu, para deliberação em Assembleia Geral Ordinária, proposta para remuneração adicional composta por R\$ 310.000 de dividendos, sendo R\$ 0,740550903 por ação ordinária e R\$ 0,814605993 por ação preferencial, não havendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 de Lei nº 9.249/95. Se aprovada a proposta, os mencionados dividendos serão computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício de 2023.

Além disso, a Companhia, com base no disposto no artigo 23, § 1º, do Estatuto Social, aprovou apresentar ao Conselho de Administração, para deliberação em reunião que será realizada em 29 de abril de 2024, proposta para declarar dividendos no montante

de R\$ 140.000, sendo R\$ 0,334442343 por ação ordinária e R\$ 0,367886577 por ação preferencial, não havendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95. Se aprovada a proposta, os mencionados dividendos serão computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício de 2024.

Os dividendos mencionados acima, no montante total de R\$ 450.000, beneficiarão os acionistas inscritos nos registros da Companhia em 29 de abril de 2024 (data de declaração), passando as ações a serem negociadas “ex-dividendos” a partir de 30 de abril de 2024 e serão pagos em 15 de maio de 2024.

18. Informações adicionais sobre o investimento com influência significativa

l) Apresentamos, a seguir, o sumário do Balanço Patrimonial Consolidado e Resultado Consolidado divulgado pela empresa VALE, não representando a parcela proporcional da BRADESPAR:

BALANÇO PATRIMONIAL
R\$ Milhões

Em 31 de dezembro

	2023	2022
ATIVO		
Circulante	90.529	81.009
Não Circulante:		
Realizável a Longo Prazo	65.783	75.104
Investimentos	9.061	9.381
Imobilizado	234.302	234.472
Intangível	56.309	53.421
TOTAL	455.984	453.387
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante	70.948	72.478
Não Circulante	186.711	186.015
Patrimônio Líquido	198.325	194.894
TOTAL	455.984	453.387
Participação Direta	3,60%	3,42%

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
R\$ Milhões

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2023	2022
Receita de vendas, líquida	208.066	226.508
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(120.016)	(124.195)
Lucro Bruto	88.050	102.313
Despesas operacionais	(17.344)	(13.603)
Resultado Financeiro	(9.718)	11.378
Resultado de Equivalência Patrimonial	(5.434)	1.616
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	55.554	101.704
Tributos sobre o lucro	(15.000)	(15.185)
Lucro líquido (Prejuízo) das operações continuadas	40.554	86.519
Operações Descontinuadas	–	9.818
Lucro líquido	40.554	96.337
Atribuído aos acionistas não controladores	614	413
Lucro líquido atribuído aos acionistas da VALE	39.940	95.924

II) Outras Informações divulgadas pela empresa Vale

a) Rompimento da barragem de Brumadinho

Em janeiro de 2019, uma barragem de rejeitos (“Barragem I”) rompeu na mina Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, Minas Gerais. O rompimento liberou um fluxo de rejeitos, destruindo algumas das instalações da Vale, afetando as comunidades locais e causando danos ao meio ambiente. Os rejeitos liberados causaram um impacto de cerca de 315 km de extensão, atingindo as proximidades do rio Paraopeba. O rompimento da barragem em Brumadinho (“evento”) resultou em 270 fatalidades ou fatalidades presumidas, e causou extensos danos materiais e ambientais na região.

Como consequência do rompimento da barragem, a Vale vem reconhecendo provisões para atender às obrigações assumidas, indenizações individuais aos que foram afetados pelo evento, gastos com reparação das áreas impactadas e compensação à sociedade.

Adicionalmente, a Vale incorreu em gastos que foram reconhecidos diretamente no resultado como “Outras despesas operacionais, líquidas”, tais como: manejo de rejeitos, serviços de comunicação, assistência humanitária, folha de pagamento, serviços

jurídicos, abastecimento de água, entre outros. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, as despesas incorridas foram de R\$ 2.492 milhões, R\$ 3.222 milhões e R\$ 3.492 milhões, respectivamente.

Acordo Judicial para Reparação Integral

O Acordo Judicial para Reparação Integral é segmentado entre: (i) obrigações a pagar diretamente ao Governo do Estado de Minas Gerais e Instituições de Justiça, com o objetivo de executar projetos de reparação socioeconômica e compensação socioambiental; (ii) projetos de reparação socioeconômica em Brumadinho e nos demais municípios; e (iii) plano de reparação dos danos ambientais causados pelo rompimento da barragem. Estas obrigações estão projetadas por um período médio de cinco anos.

Para as obrigações (i) e (ii), os valores estão definidos no acordo e eventuais alterações em relação aos orçamentos originais e prazos acordados podem mudar o saldo da provisão no futuro. Adicionalmente, a recuperação ambiental, cujos valores estimados fazem parte do Acordo Judicial para Reparação Integral não possui limite de valor em virtude da obrigação legal da Vale de reparar integralmente os danos ambientais causados pelo rompimento da barragem. As despesas incorridas para a execução destas obrigações são deduzidas da apuração do imposto de

renda da Vale, seguindo a legislação tributária vigente, que está sujeita à fiscalização periódica das autoridades competentes. Portanto, embora a Vale monitore essa provisão, os montantes provisionados estão sujeitos a alterações, dependendo de diversos fatores que não estão sob o controle da Vale.

Outras obrigações

A Vale também está trabalhando na segurança geotécnica das estruturas remanescentes na mina do Córrego do Feijão, incluindo a remoção e descarte adequado dos rejeitos residuais da Barragem I, incluindo a dragagem de parte do material liberado e o desassoreamento da calha do rio Paraopeba. Em 2023, a revisão das estimativas para realizar estas ações resultou no complemento de provisão no montante de R\$ 980 milhões (2022: R\$ 1.568 milhões).

No âmbito das indenizações individuais, a Vale e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais formalizaram, em 5 de abril de 2019, um termo de compromisso por meio do qual as pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Brumadinho podem optar por negociar com a Vale a celebração de acordos extrajudiciais, individuais ou por grupo familiar, para estabelecer a indenização por danos materiais e morais por eles sofridos. Esse termo de compromisso estabelece a base para uma ampla variedade de pagamentos

de indenização, os quais foram definidos com base superiores à jurisprudência dos Tribunais brasileiros, observando preceitos e normas da Organização das Nações Unidas (“ONU”).

Processos judiciais

Ações civis públicas movidas pelo Estado de Minas Gerais, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais por danos resultantes do rompimento da Barragem I

A Vale é parte de ações civis públicas movidas pelo Estado de Minas Gerais e instituições de justiça, reivindicando a reparação dos danos socioeconômicos e socioambientais resultantes do rompimento da barragem e buscando uma ampla gama de medidas ordenando que a Vale tome ações específicas de remediação e reparação. Celebrado o Acordo Judicial para Reparação Integral em fevereiro de 2021, os pedidos para a reparação dos danos socioambientais e socioeconômicos coletivos contidos nas ações civis públicas referentes ao rompimento da barragem foram substancialmente resolvidos. As indenizações por danos individuais ficaram excetuadas do Acordo Judicial para Reparação Integral, tendo sido ratificado o Termo de Compromisso firmado com a Defensoria Pública de Minas Gerais, cujos parâmetros são utilizados para a realização de acordos individuais. A Vale avaliou que o risco de perda é possível e,

neste momento, não é possível estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda para a Vale.

Ação Civil Pública e Investigação nos termos da Lei Anticorrupção Brasileira

Em outubro de 2020, a Controladoria-Geral da União (“CGU”) notificou a Vale sobre instauração de processo administrativo de responsabilização por supostas violações à Lei 12.846/2013 em relação às atividades de fiscalização e monitoramento da Barragem I da Mina Córrego do Feijão. Em agosto de 2022, a CGU concluiu que não foram apresentadas informações fidedignas no sistema da Agência Nacional de Mineração (“ANM”), tendo sido emitidas Declaração de Condição de Estabilidade positiva para a Barragem I de Brumadinho, quando, no entendimento do órgão, ela deveria ser negativa. Dessa forma, mesmo reconhecendo a inexistência da prática de atos de corrupção, a CGU definiu uma multa no valor de R\$ 86 milhões nível mínimo estabelecido pela lei, sendo reconhecido o não envolvimento ou tolerância da alta direção.

Em setembro de 2023, a CGU indeferiu o pedido de reconsideração apresentado pela Vale e, conseqüentemente, a Vale pagou a multa no valor de R\$ 86 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Vale discorda da condenação e está adotando as medidas judiciais cabíveis.

Ação coletiva nos Estados Unidos da América

A Vale está se defendendo de uma ação coletiva perante um Tribunal Federal de Nova York movida por detentores de valores mobiliários – *American Depositary Receipts* (“ADRs”) – de emissão da Vale. Após decisão proferida pela Corte em maio de 2020, rejeitando, em parte, a defesa preliminar apresentada pela Vale, foi iniciada a fase de produção de provas (“*Discovery*”), que se encerrou em novembro de 2023.

A Corte irá analisar o cabimento do pedido de alegações finais pela Vale (“*Motion for Summary Judgment*”), por meio da apreciação de uma carta preliminar apresentada pela Vale (“*pre-motion letter*”). Adicionalmente, em 2024 haverá uma audiência com o Juiz do caso para apreciação do pedido da Vale de não-certificação da classe (“*motion for class decertification*”).

Em 24 de novembro de 2021, uma nova Reclamação (*Complaint*) foi distribuída por oito fundos de investimentos que optaram em requerer reparação por supostos prejuízos de forma autônoma e separadamente dos membros de classe da ação principal, com as mesmas alegações apresentadas na ação coletiva principal. As Partes ainda estão na fase de apresentação de defesas preliminares, oposições e réplicas.

A expectativa de perda destes processos é classificada como possível. No entanto, considerando a fase atual da ação coletiva, não é possível neste momento, estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda. O Autor não especificou valores dos prejuízos alegados nesta demanda.

Investigações e processos penais

Em janeiro de 2020, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (“MPMG”) denunciou 16 pessoas (incluindo ex-diretores da Vale e ex-empregados) pela prática de supostos crimes, incluindo homicídio, e contra a Vale S.A. por supostos crimes ambientais.

Em novembro de 2021, a Polícia Federal concluiu inquérito sobre a possível responsabilidade criminal pelo rompimento da barragem de Brumadinho. A investigação foi encaminhada ao Ministério Público Federal (“MPF”).

Em janeiro de 2023, após o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal sobre a competência da Justiça Federal, o MPF ratificou a denúncia apresentada pelo MPMG, que foi recebida pela autoridade competente. O MPF e a Polícia Federal conduziram uma investigação separada sobre as causas do rompimento da barragem em Brumadinho, que pode resultar em novos processos criminais e ainda não é possível estimar quando uma decisão será emitida. A Vale avaliou que o risco de perda

é possível e, considerando a fase inicial do processo, não é possível neste momento estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda para a Vale.

Ações Cíveis públicas movidas por sindicatos

Em 2021, foram ajuizadas na Justiça do Trabalho de Betim no estado de Minas Gerais, ações cíveis públicas por sindicatos de trabalhadores pleiteando o pagamento de indenização por dano de morte aos empregados próprios e terceirizados, falecidos em decorrência do rompimento da Barragem I. Foram proferidas decisões iniciais condenando a Vale ao pagamento de R\$ 1 milhão por vítima fatal. Em junho de 2023, o Tribunal Superior do Trabalho julgou a ação proposta pelo Sindicato e manteve a sentença condenatória. A Vale está se defendendo das referidas ações e entende que o prognóstico de perda é considerado possível.

Processo Judicial movido pela *Securities and Exchange Commission* (“SEC”) e Investigações conduzidas pela CVM

Em 28 de abril de 2022, a SEC ajuizou uma ação contra a Vale no Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito Leste de Nova York, alegando que certas divulgações relacionadas à gestão de segurança de barragens anteriores ao rompimento da barragem em Brumadinho violaram as leis de valores mobiliários dos Estados Unidos.

Em 28 de março de 2023, a Vale celebrou um acordo com a SEC para resolver o litígio por completo. Pelo acordo, sem admitir ou negar as demandas agora extintas (as quais se referiam a responsabilidade estrita e negligência, nos termos da Lei de Valores Mobiliário), a Vale pagou o valor total de R\$ 285 milhões (US\$ 56 milhões) durante o exercício findo em 31 de dezembro 2023. A SEC concordou em não perseguir a condenação da Vale por atuação com intenção fraudulenta ou imprudente em relação às suas divulgações. Em abril de 2023, o acordo foi aprovado e homologado pela Corte.

A CVM também está realizando uma investigação relacionada à divulgação de informações a acionistas, investidores e ao mercado, especialmente com relação às condições e gestão das barragens da Vale. A Vale avaliou que o risco de perda é possível e, neste momento, não é possível estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda para a Vale.

Arbitragens no Brasil movidas por acionistas, uma associação de classe e fundos de investimento estrangeiros

No Brasil, a Vale está se defendendo em (i) uma arbitragem movida por 385 acionistas minoritários, (ii) duas arbitragens movidas por uma associação de classe que pretende representar todos os acionistas minoritários da Vale, e (iii) três arbitragens movidas por fundos estrangeiros.

Nas seis arbitragens, os Requerentes alegam que a Vale estava ciente dos riscos relacionados à segurança da barragem e falhou no dever de divulgar tais riscos aos acionistas. Com base nesse argumento, eles pleiteiam compensação pelos danos decorrentes da desvalorização das ações detidas pelos Requerentes.

A expectativa de perda é classificada como possível para os seis procedimentos e, considerando a fase inicial, não é possível neste momento, estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda.

Em um dos procedimentos movidos por fundos estrangeiros, os requerentes inicialmente estimaram em seu pedido que o valor das perdas alegadas seria de aproximadamente R\$ 1.800 milhões. Em outro procedimento apresentado por fundos estrangeiros, os requerentes inicialmente estimaram em seu pedido que o valor das perdas alegadas seria de aproximadamente R\$ 3.900 milhões.

A Vale contesta os procedimentos em curso e entende que, para esse caso e na atual fase do procedimento, é remota a probabilidade de perda nos valores alegados pelos fundos estrangeiros.

Outros processos

A Vale também está se defendendo em várias investigações e processos movidos

por pessoas físicas, pessoas jurídicas, investidores, associações, sindicatos, entidades legislativas, organizações não-governamentais e outras entidades que buscam reparação e compensação por danos ambientais, patrimoniais e pessoais resultantes da ruptura da barragem em Brumadinho, incluindo alegadas violações das leis de valores mobiliários. O valor de perda estimado para estes processos era de R\$ 457 milhões em 31 de dezembro de 2023 (2022: R\$ 639 milhões), cuja probabilidade de perda é classificada como possível pela Vale.

Seguros

A Vale está negociando com as seguradoras o pagamento de indenizações com base nas suas apólices de responsabilidade civil geral e responsabilidade Civil de Diretores e Conselheiros. Em 2023, a Vale recebeu R\$ 149 milhões das seguradoras (2022: R\$ 23 milhões), reconhecido no resultado como “Outras despesas operacionais, líquidas”.

b) Contingências relacionadas ao acidente da Samarco

Em novembro de 2015, a barragem de rejeitos do Fundão, de propriedade da Samarco Mineração S.A. (“Samarco”) se rompeu, inundando determinadas comunidades e causando impactos nas comunidades e no meio ambiente ao longo do Rio Doce. O

rompimento resultou em 19 mortes e causou danos materiais e ambientais às áreas afetadas. A Samarco é uma joint venture com participação societária igualmente dividida entre Vale e BHP Billiton Brasil Ltda. (“BHPB”).

Em 2016, a Vale, Samarco e BHPB firmaram o TTAC com a União Federal, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, algumas outras autarquias federais e estaduais, estabelecendo a criação da Fundação Renova, assim como programas socioambientais e socioeconômicos visando a adoção de medidas de mitigação, reparação e compensação dos danos.

Em 2018, a Samarco, a Vale e a BHPB assinaram um acordo abrangente com os procuradores federais e estaduais (Minas Gerais e Espírito Santo), defensores públicos e procuradores-gerais, entre outros, aprimorando o mecanismo de governança da Fundação Renova e estabelecendo, entre outros, um processo para possíveis revisões dos programas previstos no TTAC (“TacGov”).

Estes acordos foram firmados visando estabelecer medidas de mitigação, reparação e compensação dos danos, os quais a Samarco possui responsabilidade primária, cabendo à Vale e à BHPB, responsabilidade subsidiária na proporção da participação de 50%, caso a Samarco não consiga cumprir com tais obrigações.

Recuperação Judicial da Samarco

Em abril de 2021, a Samarco anunciou o pedido de Recuperação Judicial (“RJ”) ajuizado junto à Justiça de Minas Gerais para renegociar sua dívida, que estava em poder de detentores estrangeiros de títulos de dívida. A RJ é uma forma da Samarco reestruturar suas dívidas e estabelecer uma posição financeira independente e sustentável, permitindo que a Samarco continuasse trabalhando na retomada de suas operações com segurança e cumprindo com suas obrigações relacionadas à Fundação Renova.

Em maio de 2023, a Vale S.A. firmou um acordo vinculante em conjunto com a BHPB, a Samarco e determinados credores que detinham em conjunto mais de 50% dos títulos de dívida da Samarco, que estabelece os parâmetros para a reestruturação da dívida por meio de um plano de uma reestruturação consensual, o qual foi aprovado pelos credores, submetido à Justiça de Minas Gerais em julho de 2023 e homologado pelo juiz em setembro de 2023.

Em dezembro de 2023, os R\$ 24 bilhões (US\$ 4,8 bilhões) de dívida financeira existente da Samarco detidos pelos credores foram trocados por aproximadamente R\$ 19 bilhões (US\$ 3,9 bilhões) de dívida de longo prazo sem garantia e com atualização de juros pelo período de 2023 a 2031.

Após a execução do plano, a Samarco possui uma estrutura de capital adequada, em linha com seu ramp-up operacional e geração de fluxo de caixa. O plano considera pagamentos para a reparação e compensação limitados a R\$ 5 bilhões (US\$ 1 bilhão) pelo período de 2024 a 2030 e prevê que, após esse período, a Samarco terá capacidade de realizar contribuições adicionais com base nas projeções de geração de caixa da Samarco.

Principais passivos contingentes

Ação Civil Pública movida pela União e outros e ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (“MPF”)

A Vale está se defendendo em diversos processos judiciais movidos por autoridades governamentais, instituições de justiça, associações civis e pessoas físicas, pleiteando indenização por danos socioambientais e socioeconômicos, assim como medidas específicas de reparação como resultado do rompimento da barragem de Fundão da Samarco, incluindo uma ação movida pelo Ministério Público Federal em 2016 pleiteando diversas medidas que somariam R\$ 155 bilhões, sujeito a juros e correção monetária, cujo efeito para a Vale seria de 50% deste montante.

Esta ação estava suspensa em função da homologação do TacGov. No entanto,

os requisitos estabelecidos no TacGov para renegociação do TTAC, não foram implementados durante o período estabelecido e, em 2020, o Ministério Público Federal requereu a retomada desta ação civil pública.

Diante destes desdobramentos, Vale, Samarco, BHPB e Ministérios Públicos Federal e Estadual iniciaram negociações para buscar um acordo definitivo para a resolução das obrigações estabelecidas no TTAC e da ação de R\$ 155 bilhões movida pelo Ministério Público Federal.

O objetivo da Vale com um potencial acordo é obter um ambiente estável para a execução dos programas de reparação e compensação relacionados ao rompimento da barragem da Samarco e, também visa resolver todas as ações judiciais movidas pelas autoridades públicas envolvidas.

Decisão judicial para realização de depósito e inclusão de novos territórios afetados pelo rompimento

Em março de 2023, como parte de um processo relacionado a um potencial aumento no número de territórios reconhecidos como afetados pelo rompimento da barragem de Fundão da Samarco e cobertos pelo TTAC, o Tribunal Federal emitiu uma decisão ordenando que a Vale e a BHP Brasil efetuassem depósitos judiciais no valor total de R\$ 10,3 bilhões, em dez parcelas, cujo efeito para a Vale seria de

50% deste montante. Em 28 de abril de 2023, o Tribunal Federal concedeu o pedido das empresas de efeito suspensivo da decisão que determinava este depósito.

Em agosto de 2023, o juiz proferiu uma decisão judicial na qual reconheceu a existência dos novos territórios impactados pelo rompimento da barragem de Fundão. Em outubro de 2023, foi proferida decisão que suspendeu a decisão recorrida, ficando determinado que seja realizada a prova pericial requerida pela Vale e BHP Brasil, com direito ao contraditório e à ampla defesa. A Vale está se defendendo e entende que as provisões registradas são adequadas para cumprir com as obrigações relacionadas ao TTAC.

Decisão judicial sobre danos morais coletivos

Em janeiro de 2024 (evento subsequente), a 4ª Vara Federal de Belo Horizonte proferiu uma decisão judicial na qual requer o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 47,6 bilhões (cujo efeito para a Vale seria de 50% deste montante), sujeito a correção monetária desde a data da decisão e com juros a partir de 5 de novembro de 2015. A Vale está se defendendo e entende como possível a probabilidade de perda do mérito da decisão e como remoto os valores alegados na decisão proferida.

Provisão relacionada ao rompimento da barragem da Samarco

Na preparação de suas demonstrações financeiras, a Vale considerou todas as informações disponíveis sobre o potencial acordo definitivo, as ações judiciais relacionadas ao rompimento da barragem da Samarco e a capacidade financeira da Samarco para realizar pagamentos futuros relacionados a estas questões.

Como resultado, a Vale reconheceu um complemento de provisão no valor de R\$ 5.841 milhões, refletindo a mudança na estimativa da Vale em relação ao montante de desembolsos futuros que serão necessários para resolver todos os aspectos relacionados ao rompimento da barragem da Samarco.

Outros passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2023, a Vale possui outros passivos contingentes decorrentes do rompimento da barragem da Samarco. As principais atualizações no ano referentes a estes processos judiciais foram as seguintes:

– Ação de contribuição no Reino Unido

Em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, a BHP Group Limited (“BHP”) é ré em uma ação perante o tribunal da Inglaterra e do País de Gales, movida por diversos

requerentes, incluindo pessoas físicas, jurídicas e municípios do Brasil supostamente afetados pelo rompimento da barragem da Samarco.

Em dezembro de 2022, a BHP ajuizou uma ação de contribuição contra a Vale, requerendo que a Vale se responsabilize, em conjunto com a BHP, de uma eventual indenização estabelecida na reivindicação do Reino Unido. Tanto a ação de contribuição como a ação do Reino Unido ainda estão em curso e não houve qualquer decisão sobre os seus méritos. Ainda não é possível estimar com confiabilidade o valor de uma eventual perda para a Vale.

– Processo criminal

Em setembro de 2019, o juiz rejeitou todas as acusações criminais contra os representantes da Vale relacionadas ao primeiro grupo de acusações, que diz respeito aos resultados advindos da ruptura da Barragem de Fundão, remanescendo apenas a pessoa jurídica no polo passivo. Também permaneceu inalterada a denúncia em relação ao segundo grupo de acusações em que se imputa a prática de supostos crimes contra a Administração Pública Ambiental pela Vale e um de seus executivos. A Vale está se defendendo e até o momento, não é possível estimar quando uma decisão final sobre o caso será proferida. A Vale avaliou que o risco de perda é possível e, neste momento, não é possível estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda para a Vale.

– Processo fiscal

Em setembro de 2018, o fisco federal ajuizou um pedido perante a justiça federal de Belo Horizonte para a condenação dos bens da Vale para garantir o pagamento de dívidas fiscais e previdenciárias federais da Samarco, no valor aproximado de R\$ 11 bilhões (em junho de 2018). Em maio de 2019, foi proferida uma decisão favorável julgando improcedente o pedido, sem prejuízo do interesse processual, por ilegitimidade. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”) interpôs recurso de apelação na Justiça local, estando pendente uma decisão.

– Outros processos

A Vale também está se defendendo em diversas ações privadas, perante diferentes tribunais estaduais e federais nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, movidos por pessoas físicas e outras entidades que buscam a reparação e compensação por danos ambientais, patrimoniais e danos pessoais decorrentes do rompimento da barragem da Samarco.

Consequências tributárias para a Vale decorrentes do plano de reestruturação consensual da Samarco

O plano prevê que as demandas adicionais de caixa da Fundação Renova passarão a ser

realizadas por meio de aportes de capital na Samarco. Os desembolsos foram anteriormente realizados diretamente pela Vale e BHPB para a Renova em nome da Samarco e, portanto, deduzidos na apuração do imposto de renda da Vale, de acordo com a legislação tributária brasileira.

Assim, com a alteração na forma de realizar as contribuições à Fundação Renova, a Vale não poderá mais deduzir futuros pagamentos de seu imposto de renda, já que os aportes de capital não são dedutíveis para a apuração no Brasil. Portanto, o saldo de imposto diferido ativo sobre o total da provisão no montante de R\$ 5.468 milhões foi revertido em sua totalidade, com o impacto correspondente registrado na demonstração do resultado como “Tributos sobre o lucro” no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Adicionalmente, tal Plano não determina que as despesas já incorridas pela Vale no montante de R\$ 3.404 milhões devam ser capitalizadas, não havendo assim alteração em relação ao tratamento tributário adotado.

Seguros

Desde o rompimento da barragem de Fundão, a Vale negociou o pagamento de indenizações com as seguradoras, com base nas suas apólices de responsabilidade civil. Em 2021, a Vale recebeu pagamentos no montante de

R\$ 181 milhões. A Vale reconheceu esses ganhos no resultado como “Resultado de participações e outros resultados em coligadas e joint ventures”. A Vale não recebeu seguro adicional nos exercícios de 2023 e 2022 e não espera o recebimento adicional de valores materiais no futuro.

A Vale é uma sociedade por ações de capital aberto e, por consequência, arquiva suas informações na CVM. Desta forma, é possível consultar maiores detalhes de suas informações, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, no site www.cvm.gov.br.

Órgãos da Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Luiz Carlos Trabuco Cappi

VICE-PRESIDENTE

Alexandre da Silva Glüher

MEMBROS

Denise Aguiar Alvarez
Milton Matsumoto
Maurício Machado de Minas
José Luiz Osório de Almeida Filho
Rubens Aguiar Alvarez
Wilfredo João Vicente Gomes

DIRETORIA

DIRETOR-PRESIDENTE

Fernando Jorge Buso Gomes

DIRETOR

Marcelo Santos Dall’Occo

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS

Ariovaldo Pereira
João Carlos de Oliveira
Joaquim Caxias Romão
Marcos Aurélio Pamplona da Silva
Ricardo Reisen de Pinho

SUPLENTE

Artur Padula Omuro
João Batista de Moraes
Frederico William Wolf
Manoel José da Cunha Júnior
Raphael Manhães Martins

Cid de Oliveira Guimarães

Contador – CRC 1SP218369/O-0